

EXTRA
CLASSE-ORG-BR
ANO 24 | Nº 234 | JUNHO DE 2019



Igreja universal do reino do dinheiro

Como os pastores do bispo Edir Macedo, por meio de técnicas de persuasão agressivas, arrecadam R\$ 1,4 bi por ano dos 7 milhões de fiéis nos 7 mil templos espalhados pelo Brasil e por outros 2.800 no exterior

EDITORIAL

04 ENTREVISTA

Ricardo da Costa Oliveira explica como as famílias perpetuam-se no poder ao longo da história

08 AMBIENTE

O projeto da Mina Guaíba provoca debate acirrado entre Copelmi, ambientalistas e comunidades

11 APARTE

Levantamento das soluções mágicas para alavancar a economia do RS que deram em nada

12 POLÍTICA

Esvaziamento da Comissão de Anistia favorece o não reconhecimento dos crimes da ditadura

14 ESPECIAL

Como os pastores convencem fiéis a doar cada vez mais dinheiro para as igrejas de Edir Macedo

18 ENSINO PRIVADO

Com divergências no texto, câmara da educação básica segue em tratativas para acordo

22 INTERVALO

Professora se dedica a espalhar suas experiências na área da Economia Criativa

23 ROLIM

Como o efeito cobra, surgido na Índia colonial, explica por que armar a população em nome da segurança não funciona

Nepotismo, mineração e bíblias

Nesta edição do *Extra Classe*, entrevistamos Ricardo da Costa Oliveira, doutor e professor titular de Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná, onde coordena o grupo de pesquisa chamado "República do Nepotismo". Oliveira, em 2018, demonstrou que membros da Operação Lava Jato, como Sergio Moro, Deltan Dallagnol e advogados ligados às delações premiadas, são herdeiros de figuras do Judiciário e da política paranaenses e atuam em forma de rede. Mas ele vai além: os juizes, policiais e agentes da República de Curitiba são apenas mais uma representação de algo que acontece no Brasil desde as capitâneas hereditárias, a influência de famílias de políticos e funcionários públicos que, historicamente, ocupam cargos de poder em diferentes instâncias, tanto nas esferas municipal, estadual quanto federal. Ele afirma que a história política brasileira dominante é a história das grandes famílias políticas, um sistema corporativo que se protege para preservar suas vantagens.

Segue o debate sobre a instalação do complexo da Mina Guaíba e Polo Carboquímico entre os municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas. Enquanto a Copelmi garante que a maior mina de carvão a céu aberto do Brasil será segura para as comunidades do entorno e Região Metropolitana, ambientalistas enxergam contradições nos estudos prévios ao licenciamento. No local onde se quer instalar a mina, além de uma comunidade que habita parte das terras desde os anos 1960, também há um assentamento agroecológico que produz

orgânicos em larga escala e se beneficia de trechos não contaminados de água.

São crescentes o esvaziamento da Comissão de Anistia e o não cumprimento de recomendações da Comissão Nacional da Verdade como parte de um processo para impedir a recuperação da memória, a reparação das vítimas de crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura no Brasil, e a punição dos agentes que cometeram esses crimes e que são frequentemente homenageados pelo atual governo. Nas universidades, nas escolas e nas ruas, há movimentos de resistência.

Nas páginas centrais, nossa equipe participou durante semanas de diferentes cultos no principal templo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), do bispo Edir Macedo, em Porto Alegre. Os pastores utilizam de todos os artifícios retóricos para coletar dinheiro dos fiéis. Em todo o Brasil, são 7 milhões de seguidores que garantem por ano à igreja do bispo Macedo uma arrecadação, apenas em dízimo, de R\$ 1,4 bilhão em cerca de 7 mil templos espalhados pelo Brasil e por outros 2.800 em cem países – do Japão aos Estados Unidos, dos Emirados Árabes à Argentina. A informação é da Receita Federal. Isso sem contar a renda das rádios e TVs, das empresas de turismo, de produção audiovisual e de parte do banco Renner, adquirido pelo bispo em 2013.

E ainda, Luis Fernando Verissimo, Marco Weissheimer, Arte +, Marcos Rolim, Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago.

Boa leitura!

CORREÇÃO – Na edição de maio, equivocadamente publicamos uma foto do Colégio João Paulo I Higienópolis, de Porto Alegre, junto à matéria *TRT mantém câmeras de vigilância fora de salas de aula*, na página 20 da editoria Ensino Privado. A referente matéria informava a decisão da Justiça de proibir câmeras de vigilância nas salas de aula do Colégio João Paulo I da Zona Sul de Porto Alegre. Pedimos desculpas aos leitores e à comunidade escolar do Colégio João Paulo I Higienópolis.

EXTRA
CLASSE-ORG-RR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Clarinha Glock, Flávio Ilha, Gilson de Almeida Pereira e Naira Hofmeister

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclasse.org.br fb.com/jornalextraclasse

A conta dos bancos

Para o secretário-geral da CUT Nacional, Sérgio Nobre, o projeto de reforma da Previdência do governo Bolsonaro não é diferente daquele derrotado há dois anos. É pior, pois atinge os mais pobres de forma mais cruel. Não ataca privilégios, como alardeia o governo, mas representa o fim da aposentadoria para milhões de trabalhadores. "Acabar com o sistema de Previdência pública, porque é disso que se trata essa reforma, é destruir a economia brasileira e implantar a selvageria no nosso país. Portanto, é muito grave o que está acontecendo. Nós estamos alertando sobre isso em todos os estados e dizendo da importância da greve geral no dia 14, porque a grande imprensa esconde isso, diz que a reforma da Previdência é pra gerar empregos, e não é. Na verdade, é para pagar aos bancos o apoio que deram à eleição do presidente Bolsonaro. Isso precisa ficar claro para a população, em especial aos cidadãos mais pobres."

Transporte público



Foto: Cristine Rochal / PMPA

A adesão das categorias de trabalhadores que atuam no transporte público foi fundamental para o sucesso da greve geral de 28 de abril de 2017, que ajudou a derrubar o projeto de reforma da Previdência apresentada pelo então governo Temer. De acordo com levantamento do G1 e da Revista Exame, a greve histórica paralisou 150 cidades e teve a adesão de 40 milhões de pessoas, o que representa 45% da força de trabalho do país.

Fundo da Amazônia

O Ministério do Meio Ambiente enviou para as embaixadas da Alemanha e da Noruega a proposta com a alteração no Fundo Amazônia. O fundo tem cerca de R\$ 3,4 bilhões e foi criado em 2008 para receber doações destinadas à conservação da floresta. A maior parte das doações vem dos dois países. O governo quer alterar as normas do fundo para permitir que os recursos possam ser usados para pagar indenizações a donos de propriedades privadas que ocupam áreas de unidades de conservação.

SANTIAGO



Greve Geral em defesa da aposentadoria

Diversas categorias já decidiram, nas respectivas assembleias, aderir à Greve Geral, convocada pelas centrais sindicais para o dia 14 de junho, quando prometem parar o país contra a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo Bolsonaro. No dia 24 de maio, os petroleiros aprovaram por unanimidade a participação. Já os motoristas do transporte coletivo municipal e intermunicipal de Guarulhos, Arujá, do ABC Paulista e da Baixada Santista decidiram no dia 27. Até o fechamento desta edição, no Rio Grande do Sul já haviam aderido os metroviários, os professores estaduais e os servidores federais (Ufrgs e institutos).

"O setor de transporte público deve paralisar, a começar pelos metroviários. O Sindimetrô já fez assembleia e decidiu: não vai ter metrô no dia 14 de junho. As outras categorias, como os rodoviários, estão debatendo com as centrais. Nós vamos atingir o objetivo de que não terá transporte. Para tudo", relata Claudir Nespolo, presidente da CUT/RS. "A Greve Geral é o grande instrumento de luta da classe trabalhadora para a inserção no debate sobre o modelo previdenciário brasileiro. É a maneira que arranjamos para impedir que os ajustes sejam feitos por cima, excluindo os trabalhadores das discussões", destaca.

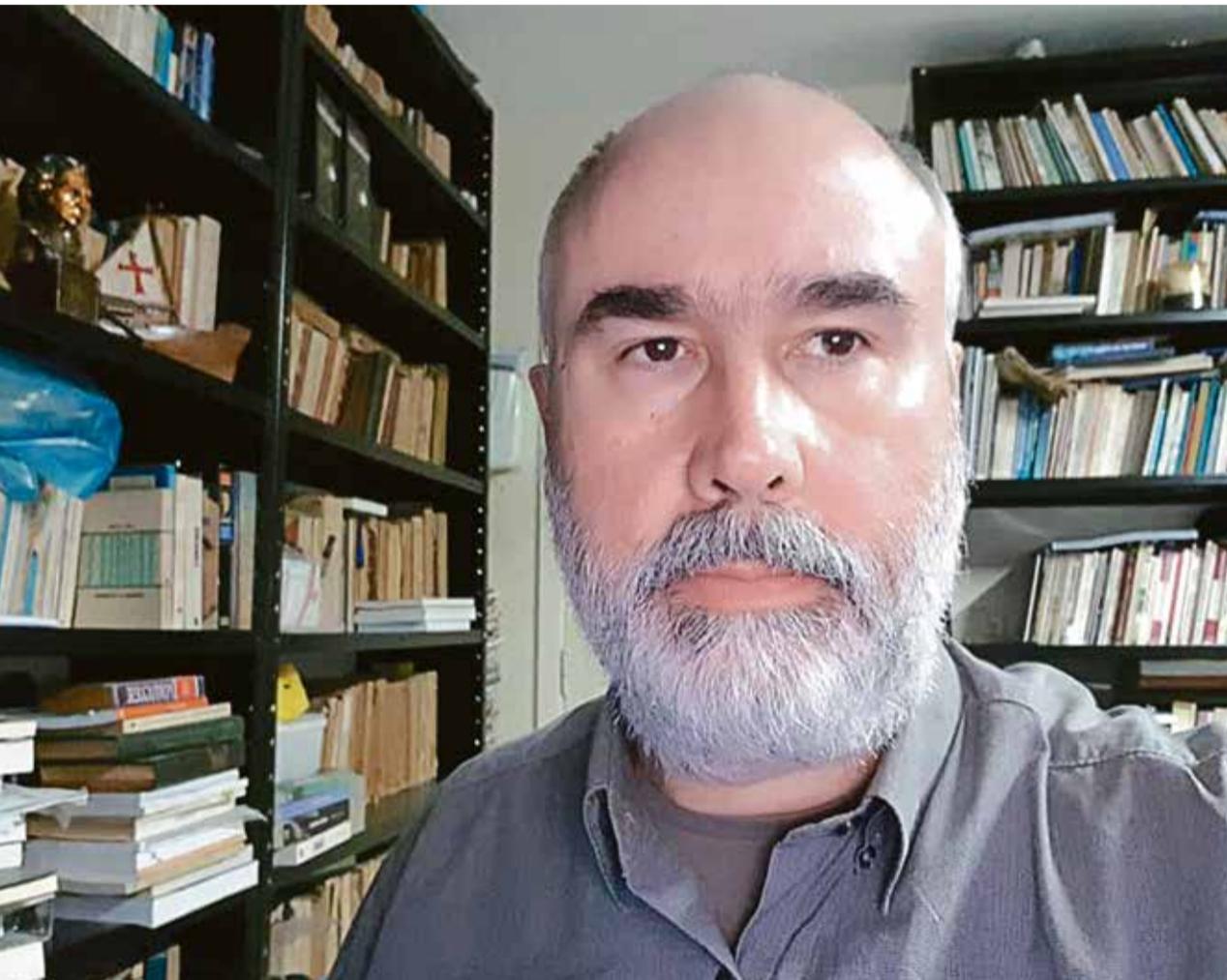
A União Nacional dos Estudantes (UNE), impulsionada pelas expressivas manifestações nos dias 15 e 30 de maio, se somará à Greve Geral do dia 14. "A UNE precisa estar vigilante para ser a vanguarda da luta por mais empregos, contra essa reforma da Previdência e, principalmente, na defesa da educação de qualidade. São muitos os retrocessos que prejudicam os estudantes e trabalhadores. Não podemos deixar nada disso passar", expõe a presidente da entidade, Marianna Dias.

Foto: Gilson Camargo



Reunião das centrais sindicais no estado garante unidade para a Greve Geral do dia 14

À república dos parentes



Fotos: Arquivo pessoal

por Marcelo Menna Barreto

Filho de peixe, peixinho é. Você sabe com quem está falando? Essas expressões, apesar de pueris, de certa forma colaboram para o entendimento do trabalho de Ricardo da Costa Oliveira, doutor e professor titular de Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná, onde coordena o grupo de pesquisa chamado "República do Nepotismo". Oliveira, que, em 2018, demonstrou que membros da Operação Lava Jato, como Sergio Moro, Deltan Dallagnol e advogados ligados às delações premiadas, são herdeiros de figuras do Judiciário e da política paranaenses e atuam em forma de rede, nesta entrevista afirma que a história política brasileira dominante é a história das grandes famílias políticas, um sistema corporativo que se protege para preservar suas vantagens

Extra Classe – O senhor afirma que o Brasil é uma república do nepotismo. Como assim?

Ricardo Costa de Oliveira – O nepotismo na sociologia política é a relação entre parentesco e poder político. Como as famílias políticas, como familiares de políticos, muitas vezes apresentam vantagens e privilégios nas suas carreiras e nas formas de obtenções de cargos. A política dominante no Brasil é um grande negócio de famílias. Todas as nossas pesquisas revelam uma forte presença de famílias políticas atravessando todas as instituições. No Poder Executivo, a família “presidencial” Bolsonaro opera como uma grande unidade política de interesses familiares, pai, filhos, esposas, parentes da ex-esposa, inclusive com outras famílias de assessores anteriormente contratadas no Legislativo, muitas apontadas como milicianos no Rio de Janeiro.

EC – O quanto se estende essas relações familiares na política e na sociedade brasileira?

Oliveira – O vice-presidente, o General Mourão, é filho de outro general e neto de um desembargador. A maioria dos atuais ministros possui significativos capitais políticos e familiares herdados no campo político, jurídico, militar e empresarial, são herdeiros de velhos e tradicionais poderes. É o nosso artigo no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia neste ano. A maioria dos senadores e deputados, em Brasília, também possui vínculos em famílias políticas ou as formam como estratégia social e política. A maioria dos prefeitos das capitais, muitos governadores, boa parte do sistema judicial, a magistratura e muitos procuradores apresentam conexões familiares. Os Tribunais de Contas são tribunais de famílias políticas, com muitos parentes e ex-políticos. Ainda hoje, os cartórios, o empresariado e a grande mídia apresentam conhecidas famílias muito atuantes na política e no Estado. O nepotismo local, nos municípios, nas prefeituras, Câmaras municipais, também é muito grande e pouco estudado.

EC – Existe eficácia da legislação que proíbe o nepotismo no país?

Oliveira – Não! Inclusive as le-

gislações promoveram o nepotismo para o primeiro escalão, como a Súmula Vinculante número 13 do Supremo Tribunal Federal (STF). Podemos observar que parentes e cônjuges assumiram importantes cargos nos governos estaduais, como no Paraná, no governo anterior de Beto Richa, ele mesmo filho de ex-governador, a esposa e o irmão dele eram supersecretários estaduais. A legislação brasileira e a cultura política hegemônica no Brasil aceitam o nepotismo como coisa “natural”, ao invés de proibi-lo e combatê-lo. O nepotismo sempre possui uma base material baseada no clientelismo, no abuso do poder econômico, na reprodução de vantagens e privilégios produzidos ao longo de várias gerações. O nepotismo reforça as desigualdades sociais e impede a renovação social e política.

EC – Por que, em sua opinião, as reformas eleitorais realizadas nos últimos anos deram mais poder às oligarquias políticas, ao invés de coibir a influência do poder econômico nas eleições?

Oliveira – Verificamos um processo de oligarquização familiar no Brasil desde a Constituição de 1988. As eleições são muito caras, e o dinheiro comanda o processo em muitas situações. A classe dominante brasileira é muito atrasada e arcaica, sempre articulando o velho com o novo. A desigualdade social, a concentração de renda formam dimensões únicas no Brasil. Nenhuma outra sociedade complexa e grande, como a brasileira, apresenta tanta concentração de riquezas e poderes como a nossa, e uma das suas fórmulas de reprodução social, econômica e política é a cultura do nepotismo. Como poucas famílias dominam os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, empresarial, as Forças Armadas, a mídia. Um candidato da classe trabalhadora, pobre e sem família política, dificilmente poderá competir com um candidato de conhecida família política, com sobrenome, com muitos cargos comissionados, com muitos cabos eleitorais, rede social, rede política e muito dinheiro acumulado pela família ao longo do tempo.

EC – Como a influência das

famílias políticas e sua lógica de riqueza e poder nos ajudam a compreender a história da política brasileira?

Oliveira – A história política brasileira dominante é a história das grandes famílias políticas. Podemos investigar e analisar a dinâmica dos poderes familiares em cada estado da federação, em cada município, e encontraremos as oligarquias familiares, nos principais cargos políticos, nas maiores fortunas, nos nomes dos logradouros, ruas, avenidas, praças, equipamentos urbanos, nomes de rodovias. Essas famílias devem ser empiricamente estudadas e pesquisadas, desde as suas origens, a sua história antiga, com muita atenção em seus detalhes e formatos. A concentração de renda é um legado do período colonial, da escravidão, muitas dessas vantagens atravessaram o Império, a República Velha, atravessaram o século 20 e continuam na contemporaneidade. Os que, muitas vezes, ascenderam na sociedade, na economia e na política, os novos imigrantes europeus, acabam casando com as velhas famílias, eles, os netos e bisnetos, assim vão reproduzindo os velhos interesses elitistas. A estrutura social brasileira, em boa parte, é uma estrutura genealógica. Os que descendem das senzalas tendem a permanecer nas favelas e periferias, no trabalho braçal e manual. Os que descendem da casa grande tendem a permanecer nas classes mais altas e mais escolarizadas, nas melhores profissões.

EC – Para o senhor, o que chama de famílias políticas, as tais oligarquias familiares, foram as reais responsáveis pela derrubada de Dilma Rousseff em 2016. Como e por quê?

Oliveira – Sim, o golpe de 2016 foi promovido e patrocinado pelas velhas e novas oligarquias políticas familiares. Não havia crime de responsabilidade da Dilma. Foi uma votação política. Basta verificar os comportamentos políticos de famílias políticas desde o Tribunal de Contas da União. Muitos analistas e jornalistas políticos debateram os interesses de famílias como a Nardes, o ministro Augusto Nardes e o

irmão dele, o suplente Cajar Nardes, que assumiu o cargo de deputado somente com o governo de Temer. Na votação do *impeachment*, na votação do golpe, na Câmara dos Deputados, o termo “família” foi um dos mais citados pelos parlamentares, o que mostrou os interesses e a base social do Legislativo. Os interesses mais atrasados e reacionários sempre são contrários à democracia, ao voto popular, e as velhas famílias políticas não aceitam qualquer forma de distribuição de renda, não aceitam a melhoria de vida dos mais pobres. Esta gente elitista, políticos e empresários, não quer ver os filhos da classe trabalhadora nas universidades, nos aeroportos, nos supermercados, nos bairros mais ricos, só os que querem como mão de obra barata, sem direitos e sem cidadania. Nem uma carteira de trabalho vale mais. Depois do golpe, o desemprego aumentou e os salários diminuíram. Agora vem com a mentira da reforma da Previdência.

EC – Para o senhor, os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, o Ministério Público, os Tribunais de Contas, a grande mídia e grande parte do empresariado brasileiro também são dominados por interesses familiares? Como escapar dessa armadilha?

Oliveira – As pesquisas comprovam que as famílias políticas estão ao mesmo tempo em todos os poderes. O Brasil ainda não alcançou a separação dos poderes de Montesquieu. De certa maneira, ainda somos uma espécie de sociedade do “Antigo Regime”, ainda “valem as Ordenações Filipinas”; a justiça depende da classe social, da família e do pedigree do indivíduo. Aécio Neves ainda está solto e Lula é um preso político, preso sem nenhuma prova e rapidamente condenado pelo Judiciário em um processo aceleradíssimo para evitar que ele concorresse nas eleições. Um helicóptero com meia tonelada de drogas, de gente rica e poderosa, é diferente de uma pequena apreensão de drogas na favela, tudo depende de quem poderá ser preso. Poucos sobrenomes e poucas genealogias familiares têm o monopólio dos poderes políticos, e todos têm muitos parentes

ENTREVISTA

e redes sociais nos outros poderes da República. A única maneira de mudarmos as nossas instituições é pela expansão da educação e da democracia. Somente com inclusão social é que avançaremos. O número de negros, ameríndios, trabalhadores, mulheres e grupos ainda não representados é uma terrível lacuna na nossa política.

EC – Para o senhor, os integrantes da Lava Jato – incluindo magistrados, procuradores e advogados – operam em um circuito que chama de “fechado” e que funcionaria “em rede”. Como chegou a essa conclusão?

Oliveira – Escrevemos um artigo científico sobre os componentes da Lava Jato, a prosopografia familiar dos seus membros. Os interessados podem ler na nossa *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses* (Revista NEP-UFPR). A prosopografia é uma técnica de pesquisa sobre perfis sociais, políticos, históricos, as biografias coletivas, qual é o perfil de classe e quais são os interesses de seus membros. Como o Judiciário brasileiro é pré-moderno, muitas vezes cada magistrado faz o que quer, na velocidade que quer e julga de maneira diferenciada em função de seus interesses. Geralmente, os magistrados e procuradores possuem origens em famílias elitizadas, bem posicionadas, alguns com muitos membros no sistema judicial, quase sempre possuem muitos amigos, conhecidos, fami-

liares com escritórios jurídicos e membros no sistema judicial, de modo que a formação, a educação, os códigos de comportamentos, o ethos e “*habitus* de classe” são definidos *a priori*. A justiça é um campo social e político de lutas e conflitos, os interesses privados e os interesses públicos podem se confundir. O comportamento político, a parcialidade e a dinâmica do sistema judicial seguem os interesses de classe do grupo como um todo. A justiça depende da origem da família, da classe social, da cor e do gênero, como quase todas as outras variantes sociais. Há uma conexão “paranaense” com o ex-juiz Sergio Moro, que inclusive ganhou o cargo de Ministro da Justiça pela sua atuação política no caso, o Tribunal Regional Federal 4ª Região (TRF4) com Gebran, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) com Fischer e o STF com Fachin, todos formam famílias político-jurídicas. Temos artigos sobre esta dinâmica social e política.

EC – Como essa sua descoberta se inter-relaciona com o conceito de nepotismo que estamos discutindo nesta entrevista?

Oliveira – Esta descoberta revela que o Judiciário, o MP, o sistema judicial, todos formam grandes redes sociais, jurídicas e políticas familiares, são também redes genealógicas. Muitos magistrados são filhos, netos, sobrinhos de outros magistrados, é o caso do ex-presidente do TRF Carlos Eduardo



A justiça depende da origem da família, da classe social, da cor e do gênero, como quase todas as outras variantes sociais. Há uma conexão ‘paranaense’ com o ex-juiz Sergio Moro, que inclusive ganhou o cargo de Ministro da Justiça pela sua atuação política no caso da prisão do Lula

Thompson Flores Lenz, com uma das mais antigas genealogias no Rio Grande do Sul. O familismo e a lógica familiar são essenciais para compreendermos todos esses atores sociais em suas ideologias, redes sociais e políticas.

EC – Em depoimento, em Brasília, o ex-assessor e advogado da Odebrecht, Rodrigo Tacla Duran, chamou a Lava Jato de “esquema de delação à la carte”. Por que, mesmo muitas vezes sendo escancarados esses tipos de relações, não acontece um freio? O sistema se protege?

Oliveira – Sim, o sistema é extremamente corporativo, oportunista, autoritário e se protege o tempo todo para preservar suas vantagens. Como o Brasil ainda é uma espécie de sociedade deri-

vada do “Antigo Regime”, sem interrupções ou rupturas, a lei é social e politicamente diferenciada, a lei não é para todos e depende dos interesses e da classe social de origem de cada um. Em outras sociedades, o juiz pode ser eleito; em outras, o professor de ensino fundamental ganha tanto como um juiz. No Brasil, ainda temos a tradição de um Judiciário como uma forma de “nobreza togada”, com os melhores privilégios, luxos, as mais elevadas remunerações e aposentadorias, as maiores vantagens corporativas, tudo vem do passado arcaico e colonial do Brasil porque aqui os poderes não se fiscalizam, não se investigam e não se limitam, mas atuam como uma grande rede articulada de interesses familiares, corporativos e políticos em comum.

Se conforto é importante, imagina se adicionarmos ótima localização, preços reduzidos e exclusividade para você e sua família?



O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: sinprors.org.br/casadoprofessor | Reservas: (51) 4009.2988

SINPRO/RS
Sindicato Estadual

CASA do
PROFESSOR
Hotel

O Banco Mundial está vencendo a disputa, alerta Brandão

O professor, pesquisador e autor de mais de 80 livros Carlos Rodrigues Brandão (Unicamp e UFU) esteve na capital gaúcha em maio, quando participou do *Café com Paulo Freire*, evento mensal que reúne professores, pensadores e educadores para discutir a educação a partir de diversas perspectivas e áreas de estudo. Antes da sua palestra, conversou com exclusividade com o *Extra Classe* sobre a atual conjuntura brasileira e mundial, contextualizou a crise política, educacional e ética contemporânea e apontou suas causas e possíveis efeitos. Brandão é psicólogo, mestre em Antropologia, doutor em Ciências Sociais e pós-doutor.

Ao analisar a retirada de direitos e cortes de investimentos na educação, ele fez uma retrospectiva: "No final do milênio, a Organização Mundial do Comércio (OMC) decretou oficialmente que a saúde, a previdência social e a educação passaram a ser consideradas mercadorias. Pouco antes, dois documentos de fóruns internacionais pensaram o mundo e a educação no mundo: um, da Unesco, que constituiu a pessoa humana como destinatário da educação e a educação com o objetivo do desenvolvimento humano. Assim, faz uma crítica a toda apropriação capitalista da educação. O outro documento é do Banco Mundial, que subordina a educação ao desenvolvimento econômico, e, evidentemente, nos padrões do FMI e do Banco Mundial. Ou seja, das agências internacionais de controle do próprio mundo do capital. Os dois documentos se chocam e têm destinações diferentes. O grande problema que a gente está vendo, e estou tomando a educação como um campo, que é o meu campo, é que o documento do Banco Mundial está vencendo esta disputa. A agenda não só da educação, mas de

Foto: Igor Sperotto



tudo aquilo que a gente chama de direitos humanos, uma vida digna e feliz, a velha quantificação da ONU, habitação, lazer, comunicação, saúde, bem-estar social e assim por diante, como direitos essenciais da pessoa humana e das coletividades, cada vez mais passa a ser pensado, não só na decisão da Organização dos Estados Americanos, mas no documento do Banco Mundial, como mercadorias, entre outras".

A entrevista já teve mais de 3,5 mil acessos e pode ser conferida na íntegra no site do jornal extraclasse.org.br.

Estudantes e professores nas ruas

Em dois dias de manifestação – 15 e 30 de maio –, milhares de estudantes, professores, pais e apoiadores tomaram as ruas das capitais e de diversas cidades do interior contra a redução de 30% da verba destinada à educação pública, anunciada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, e os ataques à autonomia das universidades e dos institutos federais. No dia 15, em Porto Alegre, os organizadores estimaram a participação de cerca de 20 mil pessoas. No dia 30, mais de 30 mil. As centrais sindicais apoiaram as manifestações, que consideraram "um esquentar" para a Greve Geral convocada para 14 de junho contra a reforma da Previdência.

Jesuítas se negam a substituir Paulo Freire por Anchieta

A proposta de substituição do patrono da educação brasileira partiu do deputado federal Carlos Jordy (PSL-RJ), que ingressou com projeto de lei na Câmara dos Deputados no dia 22 de maio. A reitoria do Santuário Nacional São José de Anchieta emitiu nota oficial, três dias depois, manifestando sua rejeição à proposta. No texto assinado pelos padres jesuítas Nilson Marostica e Bruno Franguelli, a instituição religiosa afirma que não pode aceitar que o legado do santo católico "seja instrumentalizado para fins meramente ideológicos" e, ainda, ressalta a importância de Paulo Freire para o Brasil e para o mundo.

SELEÇÃO DO EDITOR

Os editores do *Extra Classe* selecionaram o que foi destaque no último mês na seção *Exclusivo!Web*. Para ler mais, acesse www.extraclasse.org.br e receba as notificações diárias com conteúdos produzidos exclusivamente para o site do jornal.



Moradores da comunidade de Guaíba City temem as consequências do empreendimento

Mina Guaíba: quanto custará o 'pré-sal gaúcho'?

por Naira Hofmeister*
fotografia Igor Sperotto

Copelmi reivindica expertise centenária na exploração carvoeira e garante que a maior mina de carvão a céu aberto do Brasil será segura, mas ambientalistas veem contradições nos estudos prévios ao licenciamento

Dois dias já haviam se passado desde o confronto entre Cristiano Weber e Francisco Milanez em um auditório da Ufrgs, e a discussão entre ambos sobre a instalação da maior mina de carvão a céu aberto do Brasil seguia acalorada em um grupo de WhatsApp que reúne moradores e empreendedores de Porto Alegre. "Desonestidade", "intriga", "distorção" e "arrogância" foram alguns dos adjetivos que trocaram entre si na rede social o diretor de sustentabilidade da Copelmi Mineração, dona do empreendimento, e o presidente da Agapan, a mais antiga ONG ecológica do Brasil.

Naquela mesma sexta-feira de maio, enquanto Weber e Milanez trocavam improperios virtuais, a empresária Sirlei de Souza batia o pé no mesmo chão onde está enterrado o minério que a Copelmi pretende extrair a partir de 2023 – cobrava uma reação dos vizinhos à mineradora. Proprietária de uma agropecuária no loteamento Guaíba City, que, desde os anos 1960, ocupa uma fração do terreno reivindicado para dar lugar à Mina Guaíba, é uma entre as 80 famílias contrárias ao empreendimento que assinaram uma lista de consulta. Cinco se disseram a favor. "E tem umas 20 que estão com medo de tomar posição", lamentava.

Já no assentamento agroecológico Apolônio de Carvalho, ao lado do Guaíba City e também alvo do projeto de "reassentamento involuntário" que a mineradora levará a cabo caso o projeto saia do papel, muitos se perguntavam se o ataque



Francisco Milanez

cardíaco que matara na véspera um dos moradores poderia estar relacionado à pressão sobre as terras, que aumentou desde o final do ano passado. Já é a terceira morte em três meses, duas delas por infarto. O assentamento é o terceiro maior produtor de arroz orgânico do estado, segundo o Movimento dos Sem-Terra (MST), e as famílias plantam também hortaliças sem veneno, criam gado e produzem queijos.

Esse quadro ilustra o tom, as cores e a dramaticidade daquele que se tornou o principal flanco de combate entre ambientalistas e setor empresarial no Rio Grande do Sul.

Não é à toa. A Mina Guaíba vem

sendo tratada nos fóruns especializados como o "pré-sal gaúcho". Se o licenciamento der certo, serão extraídas 8,1 milhões de toneladas de carvão mineral ao ano, quatro vezes a produção atual somada dos 30 empreendimentos da Copelmi no Rio Grande do Sul, que é de 2 milhões de toneladas/ano. Na verdade, isso é mais do que todo o estado produziu em 2013 (5,7 milhões de toneladas), quando as termelétricas nacionais foram reativadas para evitar um apagão. Em 2017, foram retiradas das entranhas do solo gaúcho 3,4 milhões de toneladas de carvão mineral, menos da metade do que prevê a Copelmi

apenas para a Mina Guaíba.

Mirando um oceano de novos negócios, a mineradora se esforça por mostrar o impacto socioeconômico do empreendimento, cujo investimento total será de R\$ 600 milhões. Quando estiver operando, irá gerar 1.154 empregos diretos e 3.361 empregos indiretos. Outro exemplo: a arrecadação de ISS em Charqueadas e Eldorado do Sul, que em 2017 foi de R\$ 23 milhões, tende a dobrar quando a extração de carvão se concretizar. "Imagina como isso poderia reverter para a população em investimento público em saúde, educação, infraestrutura?", assinala Weber.



Cristiano Weber

Os prefeitos da região já fecharam com o empreendedor

As promessas seduziram os prefeitos, que já fecharam com o empreendimento. "Nossa receita se multiplicará (com o Polo), então vamos trabalhar para que aconteça. Nosso objetivo é fazer com que o crescimento econômico chegue até as comunidades mais carentes", disse, em janeiro, o secretário de Planejamento de Eldorado do Sul, Fábio Leal.

Os números são ainda mais robustos quando contabilizadas as projeções de aumento da atividade econômica a partir do funcionamento do Polo Carboquímico no local – projeto ao qual a operação da Mina Guaíba está condicionada, mas que não integra o licenciamento atualmente em tramitação nos órgãos ambientais. Neste caso, a expectativa de crescimento do PIB gaúcho seria da ordem de R\$ 23 bilhões em 23 anos, tempo de vida útil que essa mina teria.

"Mas temos reservas próximas que podem abastecer o Polo Carboquímico por pelo menos 50 anos, se for o caso", revela Weber, que é peremptório ao afirmar a codependência entre ambos os projetos: "Se o Polo não sair, essa mina não se paga. Para o mercado atual, nós não abrimos essa mina".

PLEBISCITO – Acontece que o "pré-sal gaúcho" está localizado na margem direita do Rio Jacuí, na área de amortecimento do Parque Estadual do Delta do Jacuí – que, combinando com a alcinha grandiosa dada à reserva mineral em seu subsolo, foi apelidado de "o Amazonas do Rio Grande". É a área ambiental considerada pelo geólogo e professor da Ufrgs Rualdo Menegat como "nosso último bem ambiental verdadeiro", berço e refúgio de inúmeras espécies nativas e que abriga um comple-

xo manancial de águas, que pode ser a garantia de abastecimento para Porto Alegre e Região Metropolitana em razão dos aquíferos subterrâneos que possui.

Os ambientalistas temem que todo esse patrimônio seja contaminado, comprometendo a saúde dos moradores da área mais populosa do Rio Grande do Sul, que abriga 4 milhões de habitantes – por isso, defendem que o debate seja ampliado para além da área sugerida pelos estudos da Copelmi, que inclui Charqueadas, Eldorado do Sul e Guaíba. No debate na Ufrgs, Rualdo Menegat lançou a ideia de um plebiscito na Região Metropolitana. "Os estudos seguem protocolos específicos determinados pelo poder público que calculam as áreas de impacto. Não seria justo com as comunidades efetivamente atingidas

se outros fóruns passassem a opinar", contrapõe Weber.

Em linha reta, a Mina Guaíba estaria tão perto do centro de Porto Alegre como o Campus do Vale, da Ufrgs (cerca de 16 km cada trecho). As dimensões do empreendimento inteiro, transferidas para dentro dos limites da Capital, abocanhariam um perímetro que vai da Avenida Castelo Branco até a Ary Tarragô e da Protásio Alves à Sertório – a cava da mina ocuparia um pouco mais da metade dessa área total, que inclui ainda as instalações administrativas, de beneficiamento do minério e de tratamento dos efluentes. Por isso, já há pedidos de realização de audiências públicas na Câmara Municipal de Porto Alegre e na Assembleia Legislativa. Por ora, o próximo evento será em Eldorado do Sul, no dia 27 de junho.



Geci e Patrícia da Silva Ramos produzem orgânicos no assentamento agroecológico



Rualdo Menegat

Fiscalização em xeque

Em tempos em que cidades inteiras desaparecem debaixo de rios de lama formados por rejeitos de mineração, como Mariana (2015) e Brumadinho (2019) (MG), a ideia de uma operação mineradora nas barbas de Porto Alegre assusta, apesar do esforço da Copelmi em sublinhar que a Mina Guaíba não terá barragem de rejeitos como as que romperam em Minas Gerais.

Será um sistema de exploração do carvão em tiras, quando a cava da mina é dividida em faixas longitudinais de 100 hectares cada, abertas uma por vez: o resíduo que não for aproveitado para beneficiamento será secado e depositado no buraco aberto anteriormente, acompanhando a composição das camadas naturais do solo.

Mas o problema é de confiança no setor, algo que até Cristiano Weber admite. "Vivemos uma crise de ética, mas não podemos generalizar. A Copelmi não atua de modo irresponsável", assegura.

Esse é talvez o único ponto de acordo entre os dois lados, porque os ambientalistas estão certos de que "não há governança" suficiente para sustentar um pacto social de confiança no empreendimento.

O que os crimes recentes da Vale S.A. revelaram, além do descaso da mineradora com o ambiente e as vidas humanas nas áreas onde produz, foi a negligência do poder público diante da falta de compromisso da mineradora – licenciamentos incompletos, relatórios de segurança adulterados e outras notícias circularam em meio às contagens de mortos nos derramamentos.

"Os órgãos públicos são capazes de gerenciar e fiscalizar gigaprojetos?", questionou Rualdo Menegat no debate na Ufrgs. O presidente da Agapan, Francisco Milanez, lembrou que a Fepam, à qual compete o licenciamento, comprometeu sua confiabilidade ao ingressar na Justiça para derrubar uma liminar obtida pelo movimento ecologista que suspendia a audiência pública sobre o empreendimento, realizada em março, em Eldorado do Sul. "Estava do lado da Copelmi", acusou.

E, embora a Copelmi recorra ao seu certificado ISO 14.001 para lembrar que atua de acordo com as melhores práticas de sustentabilidade, no último ano a empresa foi multada quatro vezes em minas próximas à área do novo empreendimento por delitos am-

bientais. As multas somam R\$ 115 mil, e a mais grave delas acusa o lançamento de efluentes sem tratamento em uma sanga próxima à Mina do Recreio, em Butiá. Os técnicos da Fepam fotografaram áreas alagadas com sedimentos na "coloração avermelhado intenso, o que é um indicativo claro de drenagem ácida de mina". É o maior pesadelo ambiental da mineração de carvão, e grande temor em relação à Mina Guaíba,

porque esse líquido colorido contém poluentes que podem inviabilizar o uso das águas contaminadas por anos.

A Copelmi recorre das multas e afiança que tem tecnologia suficiente para garantir a integridade das águas do Jacuí e dos aquíferos sob a área da Mina Guaíba.

* Colaboraram Thayse Uchôa e Pedro Papini



Assentados mantêm faixas e cartazes nas casas contra a instalação da mina

QUER RENTABILIDADE? Invista em Previdência Privada.

De janeiro a abril de 2019,
o SINPRORS Previdência rendeu **5,73%**.

- Contribuições a partir de R\$ 50,00.
- Dedução no Imposto de Renda.

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

SINPRORS
PREVIDÊNCIA

INSTITUIDOR

SINPRO/RS
Sindicato Estadual

GESTOR DO PLANO

FUNDAÇÃO CEEE
PREVIDÊNCIA PRIVADA



A mineração e as promessas milagrosas não cumpridas na economia do RS

Essas soluções não só não entregaram o que prometeram, como também agravaram a situação financeira do estado

Foto: Igor Sperotto



Debate realizado no dia 22 de maio, na Faculdade de Economia da UFRGS sobre a instalação de Polo Carboquímico entre Eldorado do Sul e Charqueadas

Volta e meia, as manchetes dos meios de comunicação do Rio Grande do Sul anunciam uma boa nova que vai, finalmente, redimir a economia do estado. Isso já aconteceu, para citar alguns exemplos, no episódio da renegociação da dívida do estado e da privatização da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e de parte da CEEE, durante o governo de Antonio Britto (PMDB), da instalação da fábrica da GM em Gravataí, no anúncio de um megainvestimento da indústria de celulose, durante o governo de Yeda Crusius (PSDB) e agora, mais recentemente, com um bloco de projetos de mineração que prometem abrir um novo ciclo de desenvolvimento no estado.

No dia 21 de setembro de 1996, a manchete do jornal *Zero Hora* afirmava: "Rio Grande liquida a dívida". A principal foto da capa mostrava o governador Antonio Britto na época e o então ministro da Fazenda, Pedro Malan, sorridentes, comemorando o acordo de renegociação da dívida do estado que, conforme o jornal, estaria "limpando a ficha dos gaúchos". Em um editorial publicado no dia seguinte, ZH destacava a demissão de servidores e a disposição do

governo Britto em privatizar empresas estatais. Com essas medidas e a renegociação da dívida feita por Britto, o Rio Grande do Sul estaria, segundo ZH, "liberado para novos empréstimos e investimentos". José Barrionuevo, principal colunista político do jornal na época, escreveu (22/09/1996): "A renegociação da dívida obtida pelo governo Britto liberta o estado do maior obstáculo ao seu desenvolvimento".

Essas soluções não só não entregaram o que prometeram, como também agravaram a situação financeira do estado. Em um texto de apresentação ao "Relatório Anual 2014 Dívida Pública Estadual", elaborado pelo Tesouro do estado, Giovani Feltes (secretário da Fazenda do governo Sartori) afirmou: "A dívida pública do estado atualmente supera os R\$ 54 bilhões, 86% dos quais compostos pela dívida renegociada com a União em 1998".

No dia 11 de julho de 2007, a então governadora Yeda Crusius, após uma reunião com a direção nacional da Aracruz, anunciava que a empresa faria um investimento de US\$ 2 bilhões na ampliação das áreas de plantio de eucalipto, de produção de celulose e na construção de três portos hidroviários (em Guaíba, Rio Pardo e Cachoei-

ra do Sul) e um marítimo (em São José do Norte). Esses investimentos gerariam cerca de 12,5 mil empregos diretos. Na mesma ocasião, a empresa anunciou a criação de uma nova fábrica, no município de Guaíba, para a produção de celulose branqueada de eucalipto. Yeda Crusius comemorou o anúncio dizendo que o empreendimento transformaria "todo o Rio Grande do Sul a partir da sua região Sul".

No dia 15 de abril de 2008, Yeda Crusius anunciou um investimento de R\$ 4,9 bilhões da Aracruz para a ampliação da unidade de Guaíba. "Se inicia hoje um novo ciclo de desenvolvimento no Rio Grande do Sul. Acabou a fase da Metade Sul como uma região problema. O empreendimento é uma GM e meia", disse, então, a governadora. No final de 2008, porém, as notícias davam conta que a Aracruz havia acumulado um prejuízo de US\$ 2,13 bilhões em virtude de operações no mercado financeiro. A unidade da Aracruz no estado, em Guaíba, acabou sendo vendida por US\$ 1 bilhão para a chilena CMPC. Mais uma vez, a promessa de "um novo ciclo de desenvolvimento" não se concretizou.

Agora, a nova promessa vem da mineração. Um bloco de projetos novamente acena com o horizonte da

redenção econômica. Quatro se destacam: Caçapava do Sul (mineração de chumbo, cobre e zinco às margens do rio Camaquã), Três Estradas (extração de fosfato em Lavras do Sul), Retiro (mineração de titânio em São José do Norte) e Mina Guaíba (mineração de carvão entre Eldorado do Sul e Charqueadas, a 16 quilômetros de Porto Alegre). Somente esse último projeto, conforme o engenheiro Cristiano Weber, da Copelmi Mineração, propiciará a instalação de um polo carboquímico que faria o PIB do estado aumentar em até R\$ 23,4 bilhões entre 2019 e 2042. Esse projeto, além dos impactos ambientais, obrigaria a remoção das famílias que vivem no Condomínio Guaíba e no assentamento Apolônio de Carvalho, o qual integra o conjunto de áreas que faz do MST hoje o maior produtor de arroz orgânico da América Latina (*Leia reportagem nas páginas 8, 9 e 10 desta edição*).

Em um debate realizado no dia 22 de maio, na Faculdade de Economia da UFRGS, Francisco Milanez, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), lembrou que, ao lado de Charqueadas, temos a mais antiga mineração do estado e a cidade segue pobre. "Que opção de desenvolvimento é esta?".



Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

Damares anuncia auditoria em atos da Comissão de Anistia

Falsificações da história e histórias de resistência

por Clarinha Glock

O esvaziamento da Comissão de Anistia e o não cumprimento de recomendações da Comissão Nacional da Verdade são parte do processo para impedir a recuperação da memória, a reparação das vítimas de crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura no Brasil, e a punição dos agentes que cometeram esses crimes e que são frequentemente homenageados pelo atual governo. Nas universidades, nas escolas e nas ruas, há movimentos de resistência

A Comissão de Anistia, criada em 2001 para a reparação e memória da ditadura no Brasil (1964-1985), começou a ser esvaziada após o início do governo Michel Temer, com o afastamento de conselheiros e conselheiras. Em 2019, a Comissão passou do Ministério da Justiça para o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cuja ministra, Damares Alves, tão logo assumiu

o cargo, restringiu as indenizações de reparação de vítimas da ditadura, anulou algumas que já estavam previstas e nomeou militares contrários à anistia para substituir os integrantes da Comissão. O Ministério Público Federal entrou com uma ação com pedido de liminar questionando as mudanças. A liminar foi negada, mas a ação segue na Justiça.

As contradições são evidentes:

o novo presidente da Comissão de Anistia é o advogado João Henrique Nascimento de Freitas. Foi ele quem entrou em 2015 com uma ação para suspender a indenização a familiares de Carlos Lamarca, um dos líderes da resistência à ditadura, morto pelo Exército em 1971. Freitas é ainda responsável pela ação que conseguiu, à época, suspender a indenização já concedida a 44 camponeses vítimas de tortura durante a

Guerrilha do Araguaia. Outro integrante da Comissão é o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, que fez elogioso prefácio de um livro de Carlos Brilhante Ustra, apontado como torturador durante a ditadura.

O governo atual também cortou verbas federais da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos – o trabalho segue por enquanto, mas com dificuldades. E não estão sendo cumpridas as recomendações feitas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Instituída pela Lei 12.528/2011 para ser temporária, a CNV abriu uma porta para a investigação sobre violações de direitos humanos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Ao encerrar suas atividades em 2014, deixou lacunas e 29 recomendações. Entre elas, a criação de um órgão federal para prosseguir com as apurações – o que não aconteceu. “Certamente, o relatório da Comissão da Verdade desagradou os militares”, observa a advogada criminalista Rosa Maria Cardoso da Cunha, que coordenou a CNV e presidiu a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. Esse fato ajuda a entender a situação política atual. “As primeiras recomendações são de responsabilização civil, administrativa e penal de militares envolvidos em crimes de tortura, sequestro, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver, assassinatos”, recorda.

O professor da Escola de Direito e do mestrado e doutorado em Ciências Criminais da PUCRS, José Carlos Moreira da Silva Filho, ex-conselheiro e vice-presidente da Comissão de Anistia, ressalta que no Brasil a anistia teve um caráter ambíguo da chamada Justiça de Transição. “Ao mesmo tempo que a anistia foi uma luta política pela redemocratização, o termo foi usado pelo governo para impedir que agentes institucionais que violaram direitos humanos fossem responsabilizados”, explica. Então, a palavra tem o sentido de memória, mas também é usada para o esquecimento – e esse é um discurso em disputa. “A própria proposta de reforma da Previdência que está no Congresso Nacional confunde a natureza indenizatória da reparação econômica por perseguição política

no período estabelecido na lei com uma natureza previdenciária, e diz que os anistiados terão de escolher entre a indenização por reparação e a sua previdência”, constata.

Moreira lembra que o Estado brasileiro, o qual é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos duas vezes: por não ter

investigado e punido os responsáveis pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog e pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas em operações do Exército, entre 1972 e 1975, contra a Guerrilha do Araguaia no contexto da ditadura. “Todos os projetos que a Comissão de Anistia tinha, de atendimento psicanalítico a vítimas de

tortura, de memória, de apoiar iniciativas culturais, isso acabou. E o Memorial da Anistia Política foi interrompido, ao contrário do que as sentenças condenatórias diziam que o Brasil tinha que fazer.”

Da CNV ficaram sementes e uma lição. “A CNV emulou o surgimento de mais de 100 comissões no Brasil. Algumas continuam”, informa Rosa. Moreira enfatiza: “Depois

que se conseguir recuperar minimamente as bases democráticas do país e a normalidade institucional, o futuro de uma possível democracia vai depender do que se vai fazer com o período que a gente está vivendo agora. Se não houver uma responsabilização, com ampla reforma administrativa para corrigir o que está se vendo agora, lá na frente vai acontecer de novo”.

Onda reacionária se fortaleceu depois da Comissão da Verdade

Responsável pela formação de centenas de professores de História ao longo de 34 anos de

profissão, o professor de História Contemporânea da UFRGS Enrique Serra Padrós testemunhou o ingresso de alunos e alunas costistas, as políticas de inclusão, e o crescimento da consciência crítica com a discussão de temas como a ditadura, que foram repassados por esses profissionais nas escolas em que lecionam. Na primeira aula após o primeiro turno das eleições de 2018, viu o medo e a tristeza em alguns alunos, principalmente negros/as, gays, lésbicas, que vinham das periferias.

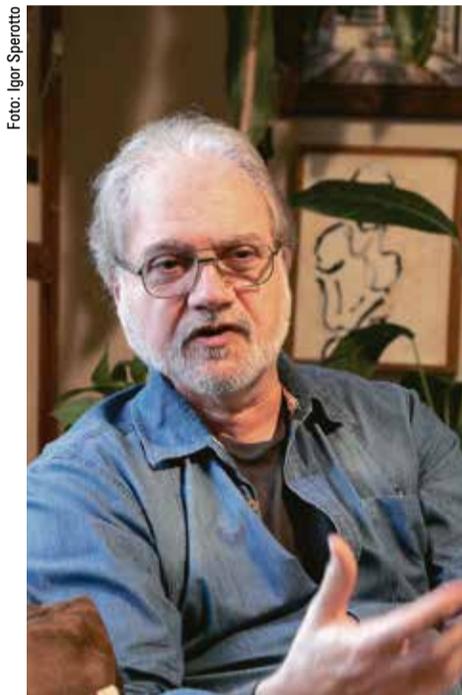
“Há um paradoxo. Nós, pesquisadores e professores, sempre defendemos a ideia de que era o desconhecimento sobre o passado da ditadura que permitia a continuidade de uma série de fatores visíveis e invisíveis que davam

sentido a essa violência estatal nunca devidamente enfrentada. Só que, com a Comissão da Verdade em 2012, e em 2014, data da lembrança dos 50 anos do golpe de Estado, vimos o país ser tomado por eventos, e uma quantidade de pesquisas significativa sobre o período”, afirma Padrós. “Nunca falamos tanto sobre ditadura. Entretanto, dois anos depois, temos o fenômeno Bolsonaro.”

Portanto, o problema não é despolitização, acredita: “Esse termo se usava para identificar a falta de consciência política e conhecimento. Agora a política é feita a partir da mentira, em redes sociais, onde não se consegue filtrar a informação”.

Padrós reconhece que a ditadura não faz parte da história de jo-

vens entre 16 e 30 anos que recém ingressaram nas universidades e avisa que as gerações atuais, fragilizadas pelo individualismo plantado pelo neoliberalismo que rompe com as lutas coletivas, terão de aprender que as derrotas políticas fazem parte dos processos democráticos, mesmo os que se sustentam pela desinformação. “É um aprendizado. Jovens vão perder direitos que nem sabiam que eram direitos, e vão se dar conta de que não surgiram do nada, são reivindicações históricas”, avalia. As participações nas manifestações de 2013, na ocupação das escolas em 2016, e nos protestos de 2019 são parte do aprendizado. “Muitos que não se posicionaram nas eleições vão ter de fazer isso agora”, resume.



Enrique Padrós, professor de História

Os voos do Condor na mira da Justiça

A primeira condenação de brasileiros por participação na Operação Condor, que possibilitou a integração entre ditaduras da Argentina, do Brasil, do Uruguai, do Chile, do Paraguai e da Bolívia entre os anos 1970 e 1980, poderá acontecer na Itália. A Justiça italiana deverá anunciar em breve a data do julgamento sobre o envolvimento de João Osvaldo Leivas Job, ex-secretário de Segurança do Rio Grande do Sul; Carlos Alberto Ponzi, ex-chefe da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Porto Alegre; e Átila Rohrsetzer, ex-diretor da Divisão Central de Informações do Rio Grande do Sul, no sequestro e assassinato do ítalo-argentino Lorenzo Vinás ocorrido em 1980, durante a Operação Condor.

Essa Operação foi uma rede de troca de informações, técnicas de tortura, com sequestros, prisão e

desaparecimento de perseguidos políticos que buscaram refúgio em outros países. Uma das testemunhas no processo italiano é Jair Krischke, 80 anos, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, referência na luta por denunciar e punir os envolvidos na ditadura. Krischke teve papel importante na libertação dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Díaz, que haviam sido sequestrados no contexto da ditadura uruguaia em Porto Alegre.

O nome de Krischke está incluído na lista de pessoas ameaçadas de morte no Uruguai por sua atuação na luta pelos direitos humanos. A lista foi organizada por um grupo de militares do chamado Comando Barneix – o nome se refere ao suicídio do general Pedro Barneix, que, acusado pela morte de pessoas na ditadura uruguaia,

se matou antes de ser preso.

“Precisamos conhecer a Operação Condor”, diz Krischke, “porque não foi uma facção ou um partido que cometeu esses crimes, foi o Estado brasileiro”. Em sua busca por provas e pela História, ele encontrou documentos que comprovam

como as primeiras ações foram planejadas dentro do Itamaraty e ajudam a compreender como se deu a participação dos brasileiros na Operação em outros países e os esquemas de espionagem dos serviços secretos dos países envolvidos e, inclusive, dos Estados Unidos.



Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS

Reino universal do deus dinheiro

por Flávio Ilha

O pastor Luciano Santos pede com insistência a caixa de remédios. “A caixa lá que tá cheia de remédios, meu Deus. Misericórdia! Rapidinho, Baiano!”, diz, impaciente. O obreiro se apressa e traz para o altar uma cestinha plástica, dessas de supermercado, abarrotada de caixas de medicamentos contra pressão alta, diabetes, reumatismo, males cardíacos. O pastor então continua, em tom teatral: “Pra tu ver o que Deus tá fazendo contigo, meu irmão. Não é história, não! Sabe o que é isso aqui? É as pessoas ficando curadas e dizendo: eu não preciso mais!”, explica o homem, mostrando a cesta para uma plateia de 300, 350 fiéis. “São pessoas que estão sendo abençoadas, pessoas que o cativeiro está sendo quebrado”, explana





Foto: Extra Classe

São quase quatro horas de uma tarde chuvosa de maio em Porto Alegre, e o templo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), no Centro da Capital, com capacidade para 4.100 pessoas sentadas, está praticamente vazio. Mesmo assim, a plateia diminuta se acotovela nos degraus que levam ao altar para ouvir a mensagem do pastor Luciano, que ocupa os cultos das terças-feiras na catedral da Avenida Júlio de Castilhos. Todo trajado de preto, o religioso faz a segunda sessão do dia – à noite, realizará mais uma, em que novamente mostrará a caixa de remédios para os fiéis.

Luciano Santos, um goiano que já pregou por várias regiões do país e também do Rio Grande do Sul, é um dos 11 titulares dos cultos na catedral da IURD, a igreja evangélica do bispo Edir Macedo, que há mais de 40 anos desafia o poder aparentemente inabalável, entre os brasileiros, do cristianismo. Os últimos dados confiáveis sobre o tamanho da Universal, entretanto, desmentem esse tabu: segundo o Datafolha, 7 milhões de brasileiros se diziam seguidores de Macedo em 2017, contra um público estimado de 120 milhões de católicos. Somando todas as centenas de neopentecostais do Brasil, o número de devotos sobe a 40 milhões de pessoas.

Parece pouco, mas esses 7 milhões de seguidores garantem por ano à igreja do bispo Macedo uma arrecadação, apenas em dízimo, de R\$ 1,4 bilhão em cerca de 7 mil templos espalhados pelo Brasil e outros 2.800 em cem países – do Japão aos Estados Unidos, dos Emirados Árabes à Argentina. A informação é da Receita Federal. Isso sem contar a renda das rádios e TVs, das empresas de turismo, de produção audiovisual e de parte do banco Renner, adquirido pelo bispo em 2013.

O grande filão de renda, contudo, é mesmo o varejo. O pastor Luciano, por exemplo, avisou que iria colocar um exemplar da Bíblia sobre a caixa de medicamentos que mostrou aos fiéis. “Abre teus olhos, irmão. Eu vou colocar a Bíblia em cima dessa caixa de remédio. E vou finalizar (o culto) pedindo pra você passar aqui no altar e lançar, em cima desta Bíblia, a sua maior oferta. ‘Pastor, o que eu posso dar é R\$ 100. É R\$ 200. Eu posso passar o cartão. Eu posso dar R\$ 20. R\$ 10. Uma moeda’. Não importa. Porque se a tua intenção é honrar o altar mais do que o balcão da farmácia, então Deus vai te dar saúde.”

É claro que ninguém que frequenta os cultos da Universal de Porto Alegre terá no bolso uma cédula de R\$ 100 para depositar na caixa, mas logo se forma uma fila de crentes que cruza o palco em direção à saída do altar depositando notas de R\$ 2, R\$ 5, R\$ 10, além de moedas, muitas moedas, sobre a cesta empunhada por outro obreiro – depois da proclamação, o dinheiro é recolhido num saco azul com o logotipo colorido da IURD.

Durante todo o trajeto dos fiéis, o pastor Luciano segue estimulando as contribuições, por menores que sejam: “Passa, gente, e coloca a tua oferta ali. Pra amarrar esse demônio. Vamos quebrar esse cativado dos infernos”, diz, referindo-se aos gastos dos fiéis com remédios – alguns relatam que usam metade da renda mensal com medicamentos. “Passa aqui o cartão e usa a tua fé!”, grita ele. Duas máquinas de débito e de crédito ficam à disposição para o dízimo, enquanto, ao fundo, um órgão entoa músicas religiosas em tom épico. Multiplique isso por 42 cultos semanais, em que o dinheiro é recolhido dos presentes pelo menos duas vezes por sessão, e teremos o potencial de receita da IURD.

Sermão para arrecadar

Esse é o ápice do Ritual Sagrado, culto que ocorre na Universal todas as terças-feiras, em seis sessões diárias, que começam às 6h e se estendem até 20h30. Às vezes, dependendo da disposição do pastor, até um pouco mais. Nos outros dias da semana, os cultos têm outros nomes – Noite da Salvação nas quartas-feiras, Jejum Coletivo aos sábados –, mas em todas elas, os responsáveis pelos rituais se esforçam para um único objetivo: arrecadar. A voracidade é tamanha que em alguns cultos, cuja duração dificilmente passa de uma hora, há três momentos distintos de cobrança.

Não é exagero falar em cobrança, já que o discurso dos pastores é impositivo. O pastor Luciano Santos evoca que os presentes escolham as terças-feiras para doar porque ele tem a fé de fazer multiplicar a doação. “Não é porque eu estou interessado no teu dízimo ou no teu voto. É porque eu tenho fé de fazer multiplicar o que você tem. Eu te garanto que o Deus que cura o físico e o emocional também cura teu bolso. Eu não estou aqui botando cabresto em ninguém, não. Mas se você vê sinceridade em mim, pega esse saquitol vermelho, da terça-fei-

ra, e põe isso dentro de você”, diz.

Na sessão do sábado seguinte, o titular da pregação, pastor Felipe Oliveira, diz explicitamente que quem não contribuir com o dízimo está “roubando” Jesus. “Se você quer tomar posse das promessas de Deus, você tem que fazer essa aliança comigo. Você tem que se tornar dizimista fiel aos sábados, não tem como eu buscar esse Deus, pedir as promessas d’Ele se eu roubo a Ele no dízimo, entende? O dízimo é santo, é sagrado.”

Em seguida, distribui um saco de feltro aos presentes, com as inscrições “pacto com Deus” e “fidelidade”, e determina: “De tudo que passar pelas tuas mãos esta semana, você vai colocar 10% aqui dentro como dízimo, neste saquitol. E no sábado que vem, em jejum, vais apresentar o nosso dízimo, a nossa fidelidade a Deus. Tá ligado, gente? Se você precisar usar a maquininha pra separar seu dízimo agora, já pode vir aqui na frente procurar os pastores”.

Na mesma sessão, os obreiros entregam aos presentes um envelope com as inscrições “eu era cego e agora vejo” e, dentro dele, um saquinho de plástico com um pou-

co de água supostamente retirada do tanque de Siloé, em Jerusalém. Nesse local, Jesus teria curado um cego de nascença ao pedir a ele que lavasse os olhos com a água do poço. O envelope deveria ser devolvido no jejum do dia 1º de junho, sábado, com alguma contribuição em dinheiro.

Na parte final do culto, Oliveira dá o golpe fatal: distribui um envelope de papel em forma de arca aos fiéis e estipula o dia 29 de junho como data para devolução da oferta – quando o invólucro, que representa um baú do tesouro, deverá ser entregue a ele com R\$ 187 em cédulas: uma nota de R\$ 100, uma de R\$ 50, uma de R\$ 20, uma de R\$ 10, uma de R\$ 5 e, por fim, uma de R\$ 2, como forma de fechar o “ciclo dizimista”. Para quem preferir a comodidade da transferência bancária, o pastor distribui cartões com os números de duas contas correntes da IURD, no Banco do Brasil e no Bradesco.

Os rituais de arrecadação se repetem por toda a semana, em todos os 42 cultos. Os pastores, que não têm vínculo empregatício com a Universal, competem entre si e ganham percentuais por produtividade.

de. A meta de uma igreja depende do seu tamanho: varia de R\$ 25 mil a R\$ 500 mil por mês.

Um pastor pode receber entre R\$ 2,5 mil e R\$ 20 mil, em pagamentos quinzenais, além de ajuda de custo, como automóvel e aluguel, porque os bens pessoais são vedados – um pregador não pode acumular rendimentos, na medida em que isso é um mau exemplo para quem prega o desapego aos bens materiais. Os bispos, entretanto, podem ter bens. O séquito de Macedo envolve 320 bispos e cerca de 14 mil pastores.

“A eficiência arrecadadora da Universal se deve, em grande parte, à sua agressividade, insistência e incomparável habilidade persuasiva (dos pastores) nessa matéria. Quem não paga o dízimo, rouba a Deus, que, na condição de dono de todas as riquezas existentes, exige de volta 10% dos recursos que concede aos seres humanos. Para provar a própria fé, os fiéis são induzidos a realizar sacrifícios ou desafios financeiros que crescem com o tamanho da devoção”, diz o sociólogo Ricardo Mariano, professor da Universidade de São Paulo (USP) e autor do primeiro estudo acadêmico sério sobre a IURD, em 1999.



Momento de coleta entre fiéis durante o culto (acima) e materiais utilizados para propaganda dos cultos e estímulo à arrecadação dos dízimos (à direita)

Traga toda TERÇA-FEIRA a FRONHA
do seu travesseiro, e LUTE PELOS SEUS SONHOS.
Av. Júlio de Castilhos, 607
12H - 15H - 19H30

VENHA PASSAR PELO CAMINHO da Felicidade PARA VOCÊ

PACTO COM DEUS FIDELIDADE

COMO ESTÁ SUA SAÚDE FINANCEIRA?
insucesso profissional, coisas velhas, negócios mal sucedidos, dinheiro a receber, mau investimento, processos parados, prejuízos, endividado, desemprego, falência, nome sujo, miséria, contas em atraso.
OUTROS: _____
Curei a sua infidelidade... porque a MINHA ira se apartou deles... de MIM procede o teu fruto. (Oséias 14.4/8)

TRANQUILIDADE PARA VOCÊ
1. Use uma das contas abaixo para doar na agência bancária ou online;
2. Obtenha o comprovante e verifique se os dados estão corretos;
3. Apresente o comprovante em seu envelope no altar;

BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 0367-0 C/C: 7159-5
BRANDESCO AGÊNCIA: 0248-2 C/C: 37600-0
DADOS PARA DEPÓSITO
IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
CNPJ: 29.744.778/0247-03

Fotos: Extra Classe

Habilidade na coleta de dízimos é considerada bênção divina

Para ser pastor na Universal, os requisitos são a conversão, a dedicação e o desejo de “fazer a obra de Deus”. Em alguns estados, há um curso especial e intensivo, com duração de seis meses, no qual o obreiro – que é um ajudante voluntário dos cultos – é orientado nos princípios básicos do cristianismo e da IURD para ter sua promoção aprovada. Depois de nomeado, um pastor está apto a atuar em qualquer igreja da Universal. As transferências são muito frequentes.

Segundo um ex-pregador da Universal ouvido pela reportagem do *Extra Classe*, o aprendizado para exercer o pastorado ocorre mediante a atuação prática e direta nas igrejas. “Para o aspirante, basta aprender a reproduzir corretamente o que os titulares fazem no púlpito, incluindo o dis-

curso agressivo, a teatralidade, a oratória e a persuasão. Mas, para avançar na hierarquia, é preciso demonstrar muita capacidade de coletar dízimos e ofertas, habilidade que é tida como sinal de bênção divina”, narra.

Os obreiros – mais de 100 mil espalhados pelo país, nas contas da IURD – são os operários da Universal. Eles trabalham de graça, dão bênçãos aos fiéis, ajudam com a arrecadação nos cultos e são candidatos naturais a ocuparem postos hierárquicos mais cobiçados. Para se candidatar, é preciso fazer três meses de aulas virtuais no Curso Preparatório de Obreiro (CPO). O curso custa entre R\$ 160 e R\$ 210, dependendo da escola.

Além disso, os obreiros precisam investir em uniformes – diferentes e com regras rígidas para

Foto: Extra Classe



Templo da Igreja Universal, no centro de Porto Alegre

homens e mulheres –, que podem custar até R\$ 300. Em relação às obreiras, mesmo as cores do esmalte de unhas são selecionadas, estando vedados, por exemplo, tons que não sejam variações de

vermelho e rosa e também pinturas decoradas. Homens, se optarem por barba ou bigode, o que não é nem um pouco recomendável, devem cuidar da harmonia dos fios. Cabelos compridos, nem pensar.

Investigações arquivadas

O Ministério Público Federal já tentou enquadrar a Igreja Universal por sonegação fiscal, evasão de divisas, formação de quadrilha. Tudo em vão. Em 2009, Macedo e mais nove integrantes da IURD se tornaram réus na Justiça sob as acusações de apropriação indevida dos dízimos e ofertas dos fiéis. Um ano depois, a Justiça considerou as investigações ilegais e arquivou o caso.

O Ministério Público do Rio Grande do Sul também abriu um procedimento investigativo contra a Universal, em 2017, para apurar suposta conduta criminosa nos rituais da Fogueira Santa – em que os fiéis são incentivados a doar tudo o que têm. O promotor Ricardo Herbstrith queria avaliar a possibilidade do crime de estelionato pelos pastores da IURD “ao prometerem uma coisa que

não pode ser entregue”. A investigação não foi aceita pela Justiça estadual.

A reportagem do *Extra Classe* entrou em contato com a Igreja Universal no Rio Grande do Sul para questionar sobre as suas práticas de arrecadação, mas não obteve resposta. No dia 23 de maio, enviou um e-mail ao bispo Guaracy Santos, presidente da IURD no Rio Grande do Sul, com

cinco perguntas sobre a situação da Universal no estado, sem obter retorno. No dia 27, tentou novo contato – dessa vez com um assessor do bispo, identificado como Ruan, por WhatsApp, também sem sucesso. No dia seguinte, 28, telefonou para o mesmo assessor por três vezes. A chamada não foi atendida, e os recados deixados na secretária eletrônica não tiveram resposta.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



Unimed | UNIODONTO

Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar



Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde

Sindicatos seguem negociando convenção para a educação básica

A partir de divergências sobre o texto encaminhado pelo sindicato patronal para avaliação dos professores da educação básica em Assembleia, houve negativa da categoria e as negociações foram retomadas. O principal ponto de discordância foi o percentual de aproximação dos valores da hora-aula de professores da educação infantil e anos iniciais com os anos finais

por Edimar Blazina



Foto: Valéria Orhã

Os professores do ensino privado, reunidos em Assembleia Geral, no dia 18 de maio, em Porto Alegre, avaliaram as propostas negociadas pelo Sinpro/RS com o Sindicato Patronal, Sinepe/RS, para renovação das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs). Dividida por níveis, a proposta de acordo para os docentes da educação superior foi aprovada; já para a educação básica, houve a orientação para retomada das tratativas com os representantes da patronal. As reuniões foram reiniciadas ainda em maio.

No último dia 28, os diretores do Sinpro/RS, em reunião com o Sinepe/RS, explicaram a rejeição dos

professores à proposta patronal, que teve como principal ponto de discordância o percentual de aproximação do valor hora-aula da educação infantil e anos iniciais aos dos anos finais. "Não adianta os representantes das escolas afirmarem que valorizam igualmente os professores de suas escolas, se, no momento seguinte, não acolhem a proposta de aproximação dos valores da hora-aula de professores da educação infantil e anos iniciais com os anos finais, provando o contrário", diz Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

No encontro, a comissão do Sindicato dos Professores insistiu em uma solução negociada que contemple

a aproximação de valores, além da manutenção integral das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho anterior. Ainda sem acordo, as reuniões seguirão em junho. "A Assembleia patronal aprovou uma proposta de Acordo que não refletiu a mesa de negociação. Retomamos as tratativas para que as reivindicações de valorização da categoria sejam contempladas", explicou Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS.

CONTRIBUIÇÃO – Foram aprovados na Assembleia Geral da categoria o desconto da contribuição assistencial/taxa negocial e o salário de julho para o seu desconto, na educação superior. O percentual de 3,5% já havia sido aprova-

do pela Assembleia realizada em dezembro do ano passado, como base para a previsão orçamentária do Sindicato para 2019, bem como pela Assembleia Geral que definiu a pauta de reivindicação.

GREVE GERAL – Foi avaliada positivamente a mobilização ocorrida nos dias 1º e 15 de maio contra a proposta de reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional. A Assembleia deliberou pela participação dos professores do ensino privado do Rio Grande do Sul na Greve Geral convocada pelas centrais sindicais para o dia 14 de junho, como forma de ampliar a luta contra a proposta do governo Bolsonaro.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Sinpro/RS e Sindicreches iniciaram as negociações

O Sinpro/RS começou em maio a negociação salarial com o Sindicreches para a composição da Convenção Coletiva 2018/2020 dos professores que atuam nas escolas de educação infantil exclusiva. Até o fechamento desta edição, havia sido realizada a reunião inaugural, com a apresentação da pauta de reivindicações.

Entre os principais itens da pauta, estão o reajuste salarial de 2,5%, retroativo a maio de 2018, e mais 5,5%, incidentes sobre o valor já reajustado, a contar a partir de maio de 2019. A pauta foi aprovada pelos professores na Assem-

bleia realizada em 19 municípios, em todo o estado.

Na reunião, o Sindicato dos Professores também trouxe à discussão a participação das escolas no custeio do plano de saúde ambulatorial básico, assessoria aos professores com alunos com deficiência e ampliação do reembolso da escola nas mensalidades para os dependentes de docentes.

"Estamos na expectativa de construirmos a Convenção Coletiva de Trabalho com o Sindicreches. A CCT é um importante instrumento de regulamentação das condições de trabalho dos professores da educa-

ção infantil", explicou Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. Os representantes do sindicato patronal se com-

prometeram a analisar a proposta, em Assembleia. Nova reunião foi agendada para o dia 11 de junho.



Santo Inácio: da fraude da OAS aos atrasos de salários

por Gilson Camargo

Desde a polêmica transferência do bairro Humaitá, de onde foi retirada em virtude das obras da Arena do Grêmio, em 2012, para a zona sul de Porto Alegre, a Escola Técnica Santo Inácio, mantida pela Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul (FCORS), enfrenta dificuldades financeiras e vem atrasando salários dos seus professores. A instituição, fundada em 1972, descumpra cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), firmada entre o Sinpro/RS e o Sinepe/RS, e que rege as relações trabalhistas dos professores vinculados à educação básica e ao ensino técnico.

Entre o final de 2018 e o início de 2019, a instituição foi notificada extrajudicialmente pelo Sinpro/RS e, ao não regularizar os pagamentos nem corrigir os demais descum-

primentos da CCT, foi acionada judicialmente. No dia 7 de julho, haverá uma audiência na Justiça do Trabalho referente a uma ação coletiva do Sinpro/RS em nome dos professores para cobrar as multas pelos atrasos de salários, 13º e férias, bem como o recolhimento do FGTS.

A escola, que tem espaço para 2 mil alunos, vem sendo subocupada com equipamentos e laboratórios abandonados, sem manutenção. Atualmente, não possui alunos matriculados.

FRAUDE DA OAS – A transferência da escola, removida do bairro Humaitá para a construção das obras da Arena do Grêmio, está relacionada a um contrato irregular firmado entre o governo Yeda Crusius (PSDB), o clube e a construtora OAS, conforme denúncia feita pela jornalista Tânia Fallace ao *Jornal Já*, em 2015. O objeto do contrato é uma área de 38

hectares localizada na Zona Norte, que foi doada em 1963 pelo estado à FCORS para a instalação de uma universidade do trabalho – como eram designadas as escolas profissionais técnicas de nível secundário. Descrito como um bairro, o local sediou a escola técnica Santo Inácio e um parque popular mantido pela FCORS, com oito campos de futebol de várzea e um clube tradicionalista.

Apesar de oferecer ensino técnico de qualidade, o complexo acabou inviabilizado quando o estado e a prefeitura de Porto Alegre cortaram convênios que mantinham com a instituição, e a escola passou a ter prejuízos. “A área virou alvo da construtora OAS, que, à época, procurava um terreno de baixo custo para construir um estádio para o Grêmio em troca do Olímpico – cujo terreno era ambicionado para construções de luxo”, revela a re-

portagem. “O então presidente do Grêmio pertencia ao staff do governo Crusius. Sabia da situação difícil da FCORS. Foi elaborado um plano ilegal e inconstitucional e até delituoso, mas que foi empacotado e apresentado sob o pretexto do PAC da Copa. A direção do Grêmio não hesitou em colocar os interesses dos construtores acima dos interesses do clube, então em difícil situação financeira. A governadora, por outro lado, não se inibiu em passar por cima das leis do estado e da União, e até dos interesses da educação no estado.” Em 2008, o governo doou, pela Lei 13.093, outro terreno para a FCORS, na estrada Costa Gama. Devido ao esquema, a escola Santo Inácio perdeu sua sede original e acabou removida justamente para essa área, que pertencia ao Círculo Operário de Porto Alegre, instituição privada independente da Federação.

APOSENTADORIA

por Diana Lunardi

Advogada previdenciária do Sinpro/RS



O que é infraconstitucionalização das normas previdenciárias na PEC nº 6/2019?

Devido à evolução legislativa e conquista de direitos sociais, a Constituição Federal, nossa Lei Maior, elege como garantia fundamental o direito à previdência (art. 6º da C.F.), assim como estabelece expressamente os principais requisitos ao direito à aposentadoria, como idade mínima e tempo de contribuição (artigo 201, §7º e artigo 40, §1º da Constituição Federal).

A proposta da reforma da Pre-

vidência PEC nº 6/2019 desestruturou o sistema constitucional vigente desde a Constituição Federal de 1988, quando propõe a retirada da matéria previdenciária do *status* de norma constitucional e transfere para futuras leis complementares, de iniciativa do Poder Executivo federal, o regramento da matéria. Tecnicamente, esta alteração da espécie legislativa acarretará aprovação rápida de reformas de normas previdenciárias,

pois a lei complementar exigirá somente a votação da maioria absoluta dos membros em cada casa do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), enquanto hoje a alteração da reforma da Previdência exige a aprovação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação e por, no mínimo, três quintos dos votos dos respectivos membros para alterar texto.

Na prática, esta infraconsti-

tucionalização do regramento constitucional previdenciário viabiliza o governo federal a realizar novas mudanças rápidas nos direitos sociais, encurtando o processo legislativo, reduzindo o debate democrático com a sociedade, deixando assim o direito em condição de vulnerabilidade, acarretando insegurança jurídica e retrocessos sociais, que estão ainda hoje protegidos em nível constitucional.



Acolhimento, sigilo e atitude.

Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.



Negado pedido de recuperação judicial da Ulbra



Foto: Gilson Camargo

A Justiça negou, no dia 21 de maio, o pedido de recuperação judicial que havia sido encaminhado pela Ulbra no início do mês. Na decisão anunciada pelo juiz Marcelo Tonet, da 4ª Vara Cível da Comarca de Canoas, não houve julgamento do mérito do pedido. No entanto, ele entendeu que “os pressupostos do processo não foram cumpridos”, uma vez que não decorreu o prazo de dois anos após a alteração da natureza jurídica da instituição. O juiz destacou que a universidade poderá formular novo pedido de recuperação judicial após superado o prazo legal.

Em novembro de 2018, a Aelbra, mantenedora da Ulbra, alterou sua natureza jurídica de associação de cunho educacional sem fins lucrativos para sociedade anônima (S.A). Ao defender que a recuperação judicial fosse indeferida, a União argumentou que a conclusão dos registros ocorreu em abril deste ano. A Aelbra informou que irá recorrer da decisão, e a expectativa é de que uma decisão saia em até 12 meses. A reitoria da Ulbra afirmou que está “confiante em que a Recuperação Judicial é a melhor solução para reorganizar as finanças da Rede Ulbra de Educação e solucionar as dívidas com os credores”.

ENDIVIDAMENTO – O pedido de recuperação judicial foi motivado pelo endividamento da instituição, que vem crescendo em efeito cascata desde 2002, quando teve início a maior crise da história da Ulbra. Em 2009, diante dos escândalos financeiros e constantes atrasos salariais, um movimento de professores, funcionários, alunos e sindicatos representantes dos trabalhadores chamado *Fora*

Becker, sou mais Ulbra resultou na queda do então reitor Ruben Becker, fundador da instituição, que foi condenado pela Justiça por lavagem de dinheiro. Atualmente, a universidade acumula uma dívida de R\$ 8,2 bilhões e tenta renegociar um passivo financeiro e trabalhista de R\$ 2,4 bilhões – a diferença de R\$ 5,8 bilhões refere-se a dívidas tributárias. A instituição ressaltou que a negativa ao pedido de recuperação judicial não terá impacto na rotina acadêmica nem nas atividades das escolas de Educação Básica da Rede Ulbra de Educação. “Todas as disciplinas previstas continuam ofertadas, os trabalhos acadêmicos e escolares seguem normalmente, assim como o calendário de aulas, demais atividades e o Vestibular Ulbra 2019/2, que está com as inscrições abertas”, informou.

PROFESSORES – A direção do Sinpro/RS e sua assessoria jurídica reuniram-se com professores no campus Canoas para esclarecimentos sobre a decisão judicial. “O Sindicato reiterou que a recuperação judicial é, no momento, a via para a defesa dos contratos e da empregabilidade dos professores”, destaca Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS. Enquanto isso, persistem as dificuldades da instituição. Os salários estão, mais uma vez, atrasados. Até o fechamento desta edição, haviam sido pagos somente os vencimentos até o limite de R\$ 2 mil da folha de abril. A terceira parcela do acordo coletivo dos professores desligados no começo do ano não foi paga no prazo estipulado, 15 de maio, e a previsão era de integralização até o final de primeira semana de junho.

REAL X IDEAL

Real versus ideal, possível versus perfeito...

São diversas as palavras existentes para expressar a dicotomia que acompanha nosso dia a dia.

Na corrida para ter uma vida saudável e equilibrada, colocamos no horizonte a obrigação de seguir à risca recomendações de médicos e profissionais de diversas áreas da saúde:

- ✓ exercícios diários,
- ✓ cinco cores no prato,
- ✓ mente equilibrada...
- ✓ Além disso, casa arrumada, vida pessoal “nos trinques”,
- ✓ e uma vida sexual empolgante e satisfatória!

Agora olhe para sua volta e se questione:

Alguém consegue atingir tudo isso com maestria e de forma contínua?

Desconheço quem consiga preencher com tranquilidade todos os itens listados. Pois é, a vida é esse eterno balanço entre o que desejamos para nós e o que é possível de ser feito naquele momento e com os recursos que temos.

Não conseguiu fazer exercícios os cinco dias da semana?
Pense na possibilidade de fazer dois ou um.

O xis calabresa falou mais alto no sábado com amigos?
A aposta pode ser em uma saladinha no domingo.

Faltou àquele aniversário em função do excesso de trabalho?
Um áudio caloroso no WhatsApp também serve para diminuir distâncias.

Cegamo-nos ao pensar que só é possível atingir nossos objetivos e termos sucesso se seguirmos nossas metas de forma rígida e exigente. Em tempos de alta produtividade e discursos de máxima performance, podemos pensar em um trato mais amigável consigo é um caminho possível!!

Psicóloga Beatriz Cattani

somos.pacevida.com.br/sinpro

Acesse a Plataforma Somos Move e encontre dicas e orientações de especialistas de diversas áreas da saúde.



Professores denunciam atrasos e falta de transparência e de condições de trabalho

Os professores da Rede Metodista no estado vêm manifestando sua insatisfação com o tratamento dispensado pelos dirigentes da instituição, especialmente a falta de clareza e transparência nas comunicações da gestão centralizada em São Paulo. Os docentes têm protestado contra a falta de estrutura e os atrasos salariais que se tornaram recorrentes e cada vez mais extensos. Em maio, foram realizadas assembleias em todas as escolas da rede no RS e já estão marcadas novas assembleias no Centro Universitário Metodista (IPA) e no Colégio Americano (Imec), respectivamente, nos dias 11 e 12 de junho.

Os atrasos salariais motivaram diversas paralisações de professores desde fevereiro.

Em Passo Fundo, os professores decidiram em assembleia promover uma paralisação no dia 28 de maio. Às aulas foram suspensas, e todos funcionários, professores e pais passaram o dia se revezando em vigília na frente da escola.

Os professores, trabalhadores técnicos e administrativos do Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo publicaram um manifesto no qual denunciam as condições de trabalho e os atrasos salariais à comunidade e reivindicaram soluções por parte da direção.

“Os trabalhadores da instituição vêm amargando frequentes atrasos salariais, que se estendem ao 13º e às férias, além do não recolhimento do FGTS. Nesse tempo, a direção do IE Passo Fundo vem tentando construir com os gestores da Rede Metodista e com os representantes da igreja uma solução para a crise, que não é específica da escola e sim um problema administrativo. A Rede Metodista vem implementando uma gestão temerária, centralizada em São Paulo, que ignora as especificidades do

Rio Grande do Sul, e se expressa por medidas acadêmico-administrativas que têm comprometido a empregabilidade dos professores e dos trabalhadores técnicos e administrativos”, diz um trecho do documento.

O diretor da escola alegou que não obteve resposta da direção da Rede Metodista em São Paulo. A direção da unidade ficou sem interlocução depois que um funcionário do setor financeiro foi transferido para Santa Maria.

A direção da rede informou que os salários seriam pagos até o dia 6 de junho em todas as instituições metodistas, tanto no ensino superior quanto na educação básica. Os vencimentos de abril no Imec foram pagos com 12 dias de atraso, em 17 de maio.

Foto: Lisiane Maroso



APOSENTADOS

Assume nova direção da Apaepers

Tomou posse em maio a nova direção da Associação dos Professores Aposentados do Ensino Privado do RS (Apaepers). A nova gestão estará à frente da entidade de 2019 a 2022 e deve seguir com ações em favor dos docentes do ensino privado, já aposentados.

A Apaepers foi criada para inserir o professor aposentado na luta por seus direitos e dignidade, bem como ser agente de articulação de uma política social e de lazer. A Associação oferece atendimento jurídico especializado e promove eventos para discussão de temas de interesse dos associados.

Diretoria executiva

Presidente – Glória Celeste Pires Bittencourt
Vice-Presidente – Margot Johanna Capela Andras
Primeira Secretária – Maria Cristina Prando
Segunda Secretária – Maria Lúcia Iserhard Schlittler
Primeira Tesoureira – Suzana de Paula Rosa
Segundo Tesoureiro – João Batista de Barros Minuzzi

Conselho fiscal

Titulares	Suplentes
Maria Lúcia Coelho	Rita de Cássia Fraga Cardoso
Ângelo Estevão Prando	Ana Lúcia Tomazi
Júlio Andreazza	Dagoberto Nunes de Ávila

A vantagem deste cartão é que quanto mais você usa, mais você ganha.

Com o Cartão do Associado, professores e dependentes aproveitam diversos produtos e serviços com descontos exclusivos.



Acesse sinpro.rs.org.br/convenios, pesquise os descontos disponíveis na sua região e aproveite!



Economia Criativa e docência fora da universidade

A publicitária de formação Luciana Braun Reis iniciou a docência em 2002 no ensino superior. Mas foi em 2014 que ela passou a se envolver com o tema Economia Criativa ao cocriar um curso *lato sensu* de pós-graduação na Unisinos. Trata-se de uma área que contempla atividades produtivas, que têm como processo principal um ato criativo com potencial de gerar valor de mercado, resultando em produção de riqueza cultural e econômica. “A partir disso e de todas essas obrigações que a própria docência nos impõe de pesquisa, de leitura, de debate, me fez aprofundar o olhar nessa área. Então, hoje, estou com um projeto chamado *Sai Dessa*, que é um tipo de consultoria em Economia Criativa fora da Universidade. Também estou desenvolvendo cursos e rodas de conversas em espaços colaborativos em Porto Alegre”, explica.

O Sai Dessa (www.saidessa.net) é uma consultoria focada em gestão pública, empresas e empreendedores individuais, por meio da qual propõe debater, colaborar e inovar em ecossistemas de Economia Criativa.

“Um olhar muito importante, que abre muitas portas da Economia Criativa, é observar a diversidade cultural do local. E, a partir disso, que soluções se pode buscar para se ter uma sociedade mais justa e com mais bem-estar para todos. Sai da lógica unilateral e parte para uma lógica de possibilidades diversificadas.”

Tendo como referência a consultoria e as aulas que ela ministra em espaços colaborativos, como a Simplify, no bairro Menino Deus, em Porto Alegre, e no último Mapeamento da Indústria Criativa, conduzido pela Firjan SENAI (2019), Luciana diz que as profissões criativas foram muito buscadas no período do referido estudo, 2015-2017. Porém, foram dois anos difíceis, pois o Brasil teve 1,7 milhão de seus postos de trabalho encerrados, tendo crescido a oferta de empregos formais e de vagas pessoas jurídicas para profissionais capazes de auxiliar as empresas na compreensão dos consumidores e aqueles voltados para a promoção e manutenção da imagem das empresas - como analistas de pesquisa de mercado (+42%), analistas de negócios (+23,3%) e relações públicas (+13,5%).

No último workshop que realizou em maio, ela trouxe para a sala de aula o exemplo do Canela Preta Futebol Clube dos recém-formados em Jornalismo pela Ulbra Bruno Mendes, Gabriel Rosalino e Tiago Lopes. Os três apresentaram seu canal no Youtube, Facebook e Instagram, no qual abordam, desde março último, assuntos relativos à dupla Gre-Nal e ao Brasil de Pelotas. O nome do projeto faz alusão a uma antiga liga de futebol existente em Porto Alegre, a ‘Liga da Canela Preta’.

Luciana Braun Reis é professora, publicitária, especialista em Marketing, mestre e doutora em Comunicação pela PUCRS e docente de Graduação e Pós-Graduação desde 2002, na PUCRS e *La Salle Business School*, em Canoas, região metropolitana de Porto Alegre. Já atuou na PUCRS, UniLasalle e Unisinos.



Foto: Divulgação



Foto: Arquivo pessoal

Luciana Braun Reis (à esquerda) utilizou em seu último workshop o case da Liga da Canela Preta (acima), com os recém-formados em Jornalismo pela Ulbra Bruno Mendes, Gabriel Rosalino e Tiago Lopes

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: extraclass@sipr.org.br.

PALAVRA DE PROFESSOR

por Gilson de Almeida Pereira

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Aveiro e em Educação pela PUCRS. Professor adjunto da Faculdade Porto Alegrense de Educação Ciências e Letras e professor no pós-graduação em Orientação Educacional, Educação Infantil e Psicopedagogia – FAPA, professor nos cursos de pós-graduação em Neuropsicopedagogia e Psicopedagogia pela Educinter

Escola é lugar de gente

Vivemos em rede. Conectados. Plugados. Praticamente 24 horas por dia on-line. Pela internet, através de nossos computadores e celulares, vamos do Brasil ao Japão em segundos. Temos contatos em todos os cantos do mundo. A tecnologia nos permite esse assombro e nos abre possibilidades fantásticas. Estamos na “rede cercada de gente por todos os lados”.

Mas quem realmente conhecemos? Com quem convivemos? Onde estão as pessoas de carne e osso? E quando elas estão próximas mesmo, estendemos as mãos para elas? Sabemos quais são seus interesses, ideias, princípios? De que valem as redes se elas conectam, criam links, mas não permitem o estabelecimento de laços reais, profundos e verdadeiros entre as pessoas?

As escolas, como nos lembra Paulo Freire – com sua sabedoria própria e peculiar, simples e devastadora –, só se constituem de forma plena enquanto ambientes de aprendizagem se a percebermos (e a realizarmos) indo além do estudo e do trabalho, seus elementos basilares...

Ir à escola para estudar é apenas pretexto e ainda não nos demos conta... A educação encerra possibilidades muito maiores e, ainda, possibilita a aprendizagem, literalmente como efeito colateral, a partir da interação, do encontro, da concretização de laços afetivos, da definição de objetivos comuns e da camaradagem...

E qual o maior ponto de encontro senão o fato de sermos todos seres humanos, gente de carne e osso, com nossas qualidades e fraquezas, medos e inseguranças, vitórias e conquistas? Professores, diretores, alunos, pais, funcionários e todos os elementos que estão na escola reúnem-se a partir da premissa da educação, mas este nobre propósito só se efetiva se conseguirmos criar elos que nos aproximem e que nos permitam unificar ações utilizando a riqueza que há em nossa diversidade...

Passar pela escola, ou ainda, em maior instância, pela vida, sem “criar laços de amizade”, “ambiente de camaradagem”, ou ainda sem “se amarrar nela”, como nos lembra com lirismo o mestre Paulo Freire, não é viver, é apenas sobreviver...

E no mundo de hoje, paralelos entre a escola e a sociedade, aceleradas, mas aparentemente perdidas quanto ao destino, nos conclamam a refletir quanto ao mundo e à vida que queremos, para nós mesmos e nossos descendentes, amigos, parentes, vizinhos, conterrâneos.

Que escola desejamos? Que redes estamos construindo? Que vida almejamos? Pare. Pense. Se articule para chegar aonde realmente quer ir... Vá além dos prédios, dos livros, dos conteúdos...

Ultrapasse o computador, o celular, as redes, a internet... Chegue nas pessoas, abrace seu próximo, estimule o companheirismo, seja amigo... Afinal de contas, é nisso que reside o objetivo final de todos e de qualquer um, simplesmente, na felicidade... E não há maior felicidade no mundo que o encontro fraterno e verdadeiro entre as pessoas...

Os artigos para esta seção devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com 2.300 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sipr.org.br.



O efeito cobra

Os exemplos de graves consequências indesejadas derivadas de intervenções que procuravam, sinceramente, bons resultados são infinitos

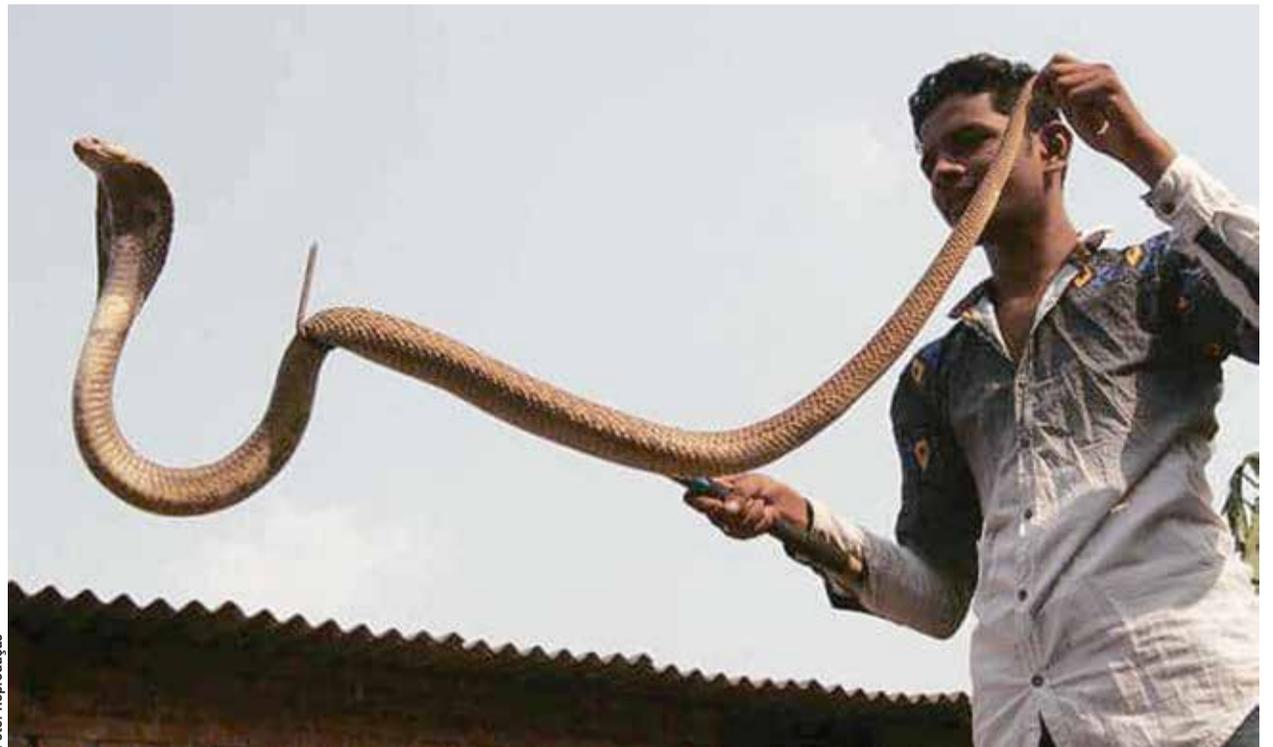


Foto: Reprodução

A Índia possui 275 espécies de cobras, sendo que 65 delas são venenosas e 15, especialmente mortais. Anualmente, um milhão de pessoas são picadas por cobras na Índia e 50 mil morrem. O problema apavorava os britânicos já nos tempos da colonização (1858-1947). Naquela época, as autoridades inglesas em Delhi introduziram uma "estratégia" para reduzir a quantidade de ofídios na região, oferecendo uma pequena recompensa em dinheiro por cobra morta. Milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza assegurariam, por certo, um exército de caçadores de cobras. De fato, ao início, a resposta da população pareceu corresponder às expectativas. Com o passar do tempo, entretanto, muitos indianos perceberam que aquela política era também uma boa oportunidade para...criar cobras!

Quando os ingleses se deram conta, suspenderam imediatamente as recompensas. Ato contínuo, os indianos libertaram as cobras que estavam em cativeiro e que não tinham mais valor. O resultado da iniciativa, assim, ao invés de resolver o problema, ou reduzir seu impacto, só o agravou. Desde então, se usa a expressão "efeito cobra" (*cobra effect*) para designar intervenções do tipo.

Nos anos 70, um disco do Scorpions, uma banda alemã de pop

rock, trouxe em sua capa a foto de uma adolescente nua, com um efeito de "vidro quebrado" que ocultava a genitália da modelo. Foi uma capa de péssimo gosto, de um grupo que se notabilizaria pelo mau gosto. A imagem foi censurada em vários países, o que produziu polêmica que, além de assegurar publicidade gratuita à banda, fez com que a imagem fosse amplamente acessada e compartilhada. Casos de censura que provocam maior interesse pela obra proibida deram origem ao termo "efeito Streisand", referência a um processo movido por Barbra Streisand contra um fotógrafo que havia fotografado a mansão da cantora, o que fez com que a foto "viralizasse" na internet.

Na área da Saúde, o fenômeno costuma ser descrito como iatrogenia. Assim, por exemplo, sabemos que a prescrição generalizada de antibióticos está associada ao surgimento de bactérias resistentes a antibióticos. Nesse exemplo, a falta de critério médico produziu, aliás, um efeito iatrogênico bastante sério.

Os exemplos de graves consequências indesejadas derivadas de intervenções que procuravam, sinceramente, bons resultados são infinitos. Normalmente, não é simples identificar o "efeito cobra", porque determinados resultados surgem de dinâmicas de médio ou longo prazos. Assim, por exemplo, há diretores e professores que gos-

tariam que alunos indisciplinados desistissem de prosseguir seus estudos. Quando ocorre de um desses alunos se evadir, é comum que, em sua escola, haja um certo "alívio". Aqueles que se sentem assim imaginam que passaram a ter "um problema a menos". Na verdade, com a evasão, teremos todos nós – e não apenas os professores – um problema a mais. Jovens pobres e semialfabetizados que se afastam da escola estarão, afinal, muito mais fragilizados e, por certo, bem mais próximos das oportunidades criminais e violentas, quando comparados com seus pares que permanecem mais tempo na escola.

Por esses e outros motivos, precisamos avaliar o impacto das políticas públicas e apenas financiar projetos e iniciativas que, comprovadamente, produzem efeitos positivos, que são, portanto, eficazes e cuja relação custo-benefício seja favorável, o que significa que são eficientes.

A ideia, que parece ser uma obsessão do governo Bolsonaro, de facilitar o acesso às armas de fogo costuma ser sustentada por um discurso cheio de boas intenções. O desafio seria o de garantir à cidadania o direito de defender-se, atemorizar os bandidos, etc. Na vida real, as dinâmicas decorrentes desse tipo de política são bem conhecidas e não guardam relação com menos violência ou menos crime. O que costuma ocorrer é o inverso.

Mais armas de fogo em circulação e mais pessoas portando armas nas ruas significam, em primeiro lugar, mais risco de uso dessas armas em conflitos banais (discussões no trânsito, brigas de vizinho, etc). Traduzem, também, riscos maiores de suicídio, porque o êxito de quem atenta contra a própria vida depende muito do método empregado. Maior disponibilidade de armas de fogo trará maiores chances de seleção do método mais letal que existe. O mesmo vale para as taxas de feminicídio. Se os agressores, em geral homens de masculinidade tóxica, tiverem acesso facilitado às armas, serão muito mais capazes de matar. A medida, por fim, também será muito funcional ao mundo do crime. Afinal, é sempre bom lembrar que não há uma só fábrica no mundo que venda suas armas para bandidos. Todas as armas nas mãos de criminosos em todo o mundo foram, um dia, vendidas legalmente. Depois disso, parte delas migra para os delinquentes, seja por furtos e roubos, seja por desvios de corrupção.

Em tempo: se você tem interesse em política de armas e gostaria de conhecer estudos a respeito, pode fazer gratuitamente o *download* de *Desarmamento, evidências científicas*, um livro que escrevi em 2005 e que, infelizmente, segue muito atual. É só acessar meu site (www.rolim.com.br) e ir na aba "livros".

Arte⁺

O novo Fahrenheit e as bíblias coloridas



Foto: Purnasachal Bild 102-14397, Berlin, Op. 12, Bielefeld

por Clarinha Glock

“Onde se queimam livros, acaba-se queimando pessoas”, escreveu o poeta alemão Heinrich Heine após a queima de livros nas ruas e universidades da Alemanha nazista, em maio de 1933. A História mostrou que tinha razão. O episódio também dialoga com o romance distópico *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, cujo argumento fora concebido nos anos 1940 e publicado nos anos 1950, no início da Guerra Fria, e que se passa em um Estado Unidos futurista, cuja tônica política é o anti-intelectualismo. No entanto, 86 anos depois, tudo indica que a lição não foi aprendida: uma queima simbólica ameaça novamente livros e pessoas na forma de boicotes, censura, desinformação. Basta ter acesso à internet para atizar a fogueira.

Os primeiros sinais foram pais e mães pedindo a retirada de livros infantojuvenis nas escolas. Em 2018, alguns casos chegaram à mídia. *O menino que espia pra*

dentro, de Ana Maria Machado, foi acusado de incitar o suicídio, *Meninos sem pátria*, de Luiz Puntel, de incentivar ideologias esquerdistas, e os quadrinhos de *O Diário de Anne Frank*, de abordar a sexualidade. As acusações foram contestadas por especialistas em Educação. Em abril deste ano, o boicote atingiu o ensino superior: as editoras Boitempo e Contracorrente foram impedidas de participar da Feira de Livros do Centro Acadêmico João Mendes Jr. pela Reitoria da Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP).

Em um primeiro momento, a justificativa para o veto seria que Boitempo e Contracorrente “não possuem livros doutrinários e legislação de uso acadêmico”. Depois, o Centro Acadêmico alegou falta de espaço. “Era uma feira pequena, mas é importante denunciar porque começa com censura e, daqui a pouco, vão queimar livros na rua. Ironicamente, autores da editora são professores na Mackenzie”, diz Rafael Valim, editor-chefe da Contracorrente. Ao contrário do afirmado pela Reitoria,

as editoras têm amplo catálogo com livros voltados ao Direito e ao pensamento crítico. Na lista de autores da Boitempo, figuram de Marx a Angela Davis e Julian Assange.

Os boicotes contra livros se tornaram frequentes com o incremento das redes sociais e das notícias falsas. “Todo mundo se sente com poder de dar opinião, aí coincide com a de outra pessoa e vira uma grande trupe”, descreve Annete Baldi, diretora editorial da Editora Projeto, Mestre em Teoria da Literatura e integrante do Clube de Editores do Rio Grande do Sul. Ela ressalta, no caso dos livros infantojuvenis: “Tabus são temas do cotidiano da vida com que muitas pessoas têm dificuldade de lidar. Por isso mesmo, morte, suicídio, abuso, racismo, homossexualismo deveriam ser mais falados, mas acabam sendo colocados numa redoma”. Annete salienta o que o psicólogo Bruno Bettelheim, em seus estudos, já mostrava: “Na literatura, as histórias são como metáforas. Quanto maior o acervo de narrativas em literatura, música,

cinema, arte, maior o instrumental para lidar com a realidade. As experiências que se vive na pele de um personagem nos fortalecem e nos preparam”.

Ao contrário de proibir, ela incentiva profissionais da Educação a refletirem por meio do curso “Atenção: temas tabus não prejudicam a saúde dos leitores”, em que apresenta exemplos da editora, como *A raça perfeita*, sobre a manipulação genética em cachorros, ou *O mundo de Camila*, sobre sexualidade e diferentes configurações familiares – este último vetado por um colégio particular de Porto Alegre.

Às vezes, o veto se dá por um palavrão, ou uma cena que a coordenação pedagógica julga inadequada e não saberá o que fazer se algum pai ou mãe reclamar. A sugestão de Annete é chamá-los para a escola, fazer saraus, ler juntos e discutir por que os livros incomodam. Perguntar como (e se) falam sobre aquele tema em casa. “Não devemos evitar os temas, mas convocar para conversar”, argumenta.

Cresce o mercado de Bíblias segmentadas

Enquanto alguns livros são vetados, outros parecem estar em ascensão. Em fevereiro de 2019, uma mesa expositora repleta de Bíblias chamava a atenção no centro de uma livraria em um shopping classe média alta de Porto Alegre (RS): com capa rosa, *Bíblia para Garotas*; com capa vermelha, *Bíblia da Mulher*; com capa marrom e uma figura gravatada, *Bíblia de Estudo Devocional do Homem*.

“O aumento da exposição tem a ver com o movimento de grandes editoras, como a HarperCollins Publisher, que compraram outras, no caso, a Thomas Nelson. Não se trata necessariamente de crescimento de vendas, embora o número de evangélicos esteja crescendo”, explica Samuel Coto, gerente editorial da Thomas Nelson, que está há 12 anos no Brasil e publica as bíblias citadas. Essa editora não vende só livros cristãos, então tem maior acesso às redes.

Coto afirma que, historicamente, bíblias não eram vendidas em livraria tradicional, seja por preconceito, seja pelo hábito de cristãos comprarem em lojas es-

pecializadas. Uma das expoentes é a editora Sociedade Bíblica Brasileira, cujos representantes usam até barco para alcançar leitores no norte e nordeste do país. “A Bíblia é o livro mais vendido no Brasil, que é o segundo país consumidor no mundo, depois dos Estados Unidos”, informa. De acordo com a Associação de Editores Cristãos, em 2018 foram vendidos 15 milhões de exemplares da bíblia evangélica.

Coto prefere não comentar se a eleição do presidente Jair Bolsonaro – católico evangélico – e o fato de ter no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos a pastora evangélica Damare Alves influenciaram nas vendas. Mas salienta que a segmentação do mercado, sobretudo com as bíblias femininas, é uma tendência dos últimos 10 anos. Algumas mulheres “compram bíblias para combinar com as roupas”, sugere, mas não só. Às antigas bíblias de capa preta, repassadas por gerações, com um texto conservador, se somaram opções em cores, com textos comentados, linguagem adaptada e moderna, customização de capas e espaços nas laterais

para anotações e ilustrações criativas, o chamado *Bible Journaling*. O preço médio é de cerca de R\$ 50.

“Se você for a um culto hoje, vai ver o pastor lendo a Bíblia no púlpito, e muita gente acompanhando no celular os textos bíblicos”, observa. Coto não informa valores, mas diz que, para atrair o público jovem,

a editora tem investido em influenciadores digitais que incentivam a compra de diferentes bíblias com a mesma empolgação com que comentam outros produtos. Para este ano, um dos destaques será a série de bíblias *Leitura Perfeita*, com uma fonte de letra especial para facilitar a leitura e preços mais acessíveis.



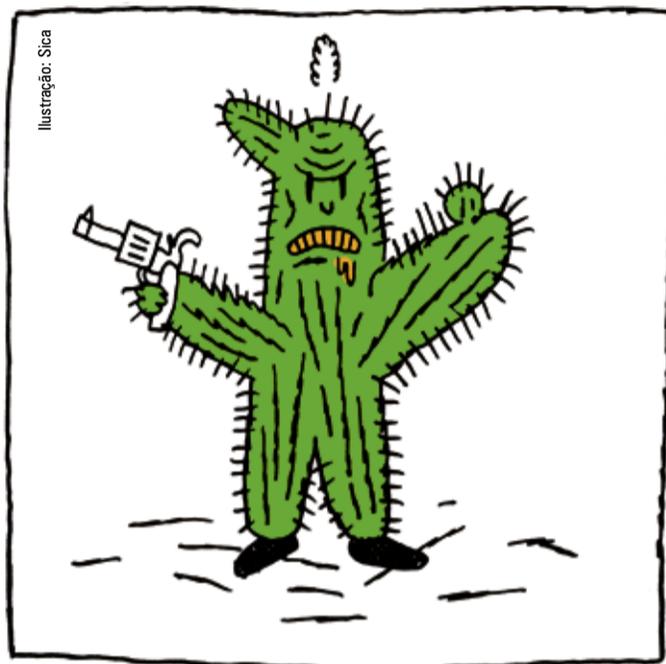
A Bíblia é o livro mais vendido no Brasil, que é o segundo país consumidor no mundo, depois dos Estados Unidos



FRAGA

Nova Lei de Murici

Quer dizer, cada cidadão comporá uma base única de organização social. O cidadão delibera, decide, determina



Com fins ao aperfeiçoamento da antiga Lei de Murici, desatualizada desde as capitulinas hereditárias, o presidente equivocadamente eleito, no uso pleno das suas atribuições, talvez decrete e imponha o seguinte: para fortalecer o desgoverno brasileiro e impedir obstáculos aos desmandos e desmontes legais, o indivíduo passa a ser a maior unidade social no país.

Cria-se, assim, o MIN: Movimento Individualista Nacional. Em outras palavras: o MIN será o maior programa de valorização do indivíduo. Em vez de depender de quaisquer formas de associação, ele concentra nele mesmo todos os poderes antes diluídos em sindicatos, cooperativas, etc. Para não enfraquecer o MIN, associações, grupos e ligas terão seu espaço na clandestinidade.

Quer dizer, cada cidadão comporá uma base única de organização social. O cidadão delibera, decide, determina. Sua individualidade é o seu território, com soberania sobre seus atos pessoais. Em suas mãos, a autogestão e a autoproteção, com autonomia total para ser quem é, como quiser, onde quiser, quando quiser. Menos com outros.

E para garantir as maiores prerrogativas individuais que o brasileiro já teve, a lei que pode entrar em vigor a qualquer instante tem os seguintes artigos:

Art. 1º – Salve-se quem puder. Se cada cidadão tratar da sua vida, é quase certo que irá sobreviver. A sobrevivência alheia é assunto alheio.

Art. 2º – Cuide do seu nariz. Se fosse para cuidar de vários narizes, todos eles estariam na sua cara.

Art. 3º – Estude em casa. Lembre-se que o despreparo não é mais deficiência, agora é pré-requisito e enriquece currículos.

Art. 4º – Arme-se, para o seu próprio bem. Você não precisa ser o gatilho mais rápido do oeste. Escolha outra zona, eleja um calibre e capriche na pontaria. Conte com policiais para diminuir seus inimigos.

Art. 5º – Não se arrisque em meio a tiroteios. As balas perdidas – aquelas que não sabem de onde vieram nem para onde vão – não distinguem entre quem foge delas e quem marca encontro com elas.

Art. 6º – Seja saudável. É uma das formas mais práticas de evitar o SUS, de economizar em farmácias e despesas médicas. Seja saudável por 8 ou 9 décadas e ignore os hospitais públicos.

Art. 7º – Seja solidário só em último caso. Nos casos antepenúltimo e penúltimo, não se precipite: aguarde o desfecho de cada um, assim terá certeza da solidariedade adequada.

Art. 8º – Para incentivar o individualismo, o governo instituirá bolsas de mestrado em Egoísmo e pós-graduação em Egocentrismo. Mas não espalhe.

Antene-se neste projeto. Quem sabe sejam revogadas as indisposições em contrário.

SHOWS

Porto Alegre | 18h | entrada franca

8/6 – Lila Borges apresenta *Mulher Popular Brasileira*

29/6 – Jazz com *Camila e A Ponte*



Foto: Marlon Lourenço

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | entrada franca



Foto: Leo Caobelli

15/6 | 19h – Inauguração da mostra *Algum pequeno oásis de fatalidade perdido num deserto de erros*, do artista Leo Caobelli, com curadoria de Fernanda Medeiros.

VINHO Porto Alegre

Biodinâmicos, orgânicos, naturais, sustentáveis

Apresentação: enóloga Maria Amélia Duarte Flores.

5/6 | 19h30 | Inscrição: R\$ 55,00.

Um novo olhar sobre o Vale dos Vinhedos

Apresentação: enólogo Mateus Valduga, Empório La Vigna.

26/6 | 19h30 | Inscrição: R\$ 50,00.

ECARTA ANFITRIÃ Porto Alegre

4/6 a 31/12 – **Prática de Yoga na Ecarta**

Ministrantes: professoras Cristina Oliveira e Márcia Naimayer.

Mensalidade: R\$ 80,00.

CONVERSA DE PROFESSOR

Porto Alegre – Inscrição gratuita

7/6 | 19h – A imagem da criança na mídia.

Ministrante: jornalista Clara Glock.

CULTURA DOADORA

Brochier

5/6 – Trabalhando pela cultura da doação de órgãos.

Público: Agentes de saúde do município.

Rio Grande

5/6 – Conhecendo sobre doação de órgãos e transplantes.

Público: Funcionários e diretores da empresa Tanac S.A.

Montenegro

19/6 – Conhecendo sobre doação de órgãos e transplantes.

Público: Funcionários e diretores da empresa Tanac S.A.

Porto Alegre

25/6 – Conhecendo sobre doação de órgãos e transplantes.

Público: Professores e funcionários do Colégio Marista Rosário.



VERISSIMO

A frase

O verdadeiro autor da tirada "Sempre que ouço falar em cultura, pego o meu revólver" seria não o magro Goebbels, mas o gordo Hermann Goring

Há frases que sobrevivem aos seus autores – em muitos casos porque são atribuídas a autores errados. Nem o Humphrey Bogart nem a Ingrid Bergman pediram ao pianista Sam que tocasse *As Time Goes By* outra vez, no Casablanca, o que não impediu que fosse a música mais lembrada do filme. Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler, deixou uma penca de frases para a posteridade. Estranhamente, a autenticidade das suas citações está só agora sendo debatida. O verdadeiro autor da tirada "Sempre que ouço falar em cultura, pego o meu revólver" seria não o magro Goebbels, mas o gordo Hermann Goring, que disputava com Goebbels um lugar no coração do Führer. E agora surge outra revelação: a frase faria parte de uma peça intitulada *Schlageter*, lançada em Berlim em 1933. Enfim o autor.

Goebbels nunca reivindicou a autoria da frase famosa porque, de certo, achava que



merecia todas as glórias de uma boa sacada, mesmo as emprestadas. Também, como intelectual do regime e atento a tudo que desmoronava à sua volta, inclusive o sacrifício dos seus próprios filhos e o seu suicídio no bunker de Hitler, Goebbels deve ter visto seu final como um misto de castigo pelos seus crimes e triunfalismo trágico pela sua fidelidade. Se todas as vezes em que ouvisse falar em cultura tivesse sido mais rápido no gatilho, talvez o deli-

rio nazista tivesse durado mais um pouco, ou menos. Para as crianças no bunker, não faria diferença.

A frase de Goebbels que não era de Goebbels teve várias versões. Groucho Marx: "Sempre que ouço alguém falar em cultura, pego a minha carteira". Possível outra versão da frase do Groucho: "Sempre que ouço falar em cultura, escondo minha carteira". No Brasil do governo Bolsonaro, a escolha cultura/revólver já foi feita.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES





**Você votou para
acabarem com a sua
aposentadoria?**

**REFORMA
DA PREVIDÊNCIA**

**NÃO ACABA COM PRIVILÉGIOS
ACABA COM A SUA
aposentadoria**

Verifique qual a posição dos deputados e
deputadas da sua região sobre a reforma da
Previdência e pressione para que votem contra.
Você tem direito a uma aposentadoria digna.
NÃO DEIXE QUE VOTEM CONTRA VOCÊ!

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão